PB
PROBLEMAS BRASILEIROS
ANO 55
DEZ 2018 /JAN 2019
#449

Negócios de impacto social

EMPRESAS BUSCAM SAÍDAS PARA RESPONDER AOS DILEMAS DO CAPITALISMO AO UNIR O LUCRO, AS PESSOAS E O PLANETA

SAÚDE PÚBLICA EM PLENA CRACOLÂNDIA

MORTE PRECOCE: SUICÍDIO DE JOVENS

POR JORGE CALDEIRA

Isabel e a abolição

Como a princesa venceu a resistência dos aristocratas

ENTREVISTA

Celso Athayde

"É muito romântico quando o rico fala que abdicou do carro."

R$ 9,90
9 770101 426016 00449

R$ 9,90

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 55
DEZ 2018 /JAN 2019 | #449

SAÚDE PÚBLICA EM PLENA CRACOLÂNDIA

MORTE PRECOCE: SUICÍDIO DE JOVENS

POR JORGE CALDEIRA

Isabel e a abolição

Como a princesa venceu a resistência dos aristocratas

ENTREVISTA

Celso Athayde

"É muito romântico quando o rico fala que abdicou do carro."

Negócios de impacto social

EMPRESAS BUSCAM SAÍDAS PARA RESPONDER AOS DILEMAS DO CAPITALISMO AO UNIR O LUCRO, AS PESSOAS E O PLANETA

R$ 9,90

CONHEÇA O PROGRAMA SENAC DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES.

DIAGNÓSTICO
Identificação das necessidades, expectativas e resultados esperados.

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS
Temas atuais e sintonizados com o mercado.

NOSSA METODOLOGIA
Equilíbrio entre conhecimentos teóricos e experiências práticas.

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Avaliação de reação, aprendizagem, aplicação e resultados alcançados.

sp.senac.br/corporativo
0800 707 1027

Senac
atendimento corporativo

FECOMERCIOSP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

TUTU

www.agenciatutu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Lúcia Helena de Camargo**

FOTOS **Christian Parente**

ESTAGIÁRIA **Gabriela Almeida**

REVISÃO **Flávia Marques, Marina Jarouche, Marilia Bellio e Glaucy Vulcano**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri, Paula Seco e Cintia Funchal**

ASSISTENTES DE ARTE **Tiago Araujo e Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO
André Rocha, Antonio Lanzana, Daniel Buarque, Evanildo da Silveira, Fabiola Perez, Filipe Lopes, Herbert Carvalho, Jorge Caldeira, Octávio Luiz Motta Ferraz, Paulo Delgado e Rodrigo Caetano

CAPA **Cintia Funchal**

FALE COM A GENTE **publicacoes@fecomercio.com.br**

IMPRESSÃO **Pigma**
TIRAGEM **15,5 mil exemplares**

PUBLICIDADE **Lemidia | Tel.: (11) 3078.5840**
atendimento@lemidia.com

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS
Total Publicações (Grupo Abril)
Edicase Gestão de Negócios

Senac | Sesc
AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO
F&CSP

PB | #449

*Debater assuntos de interesse nacional, incluindo os mais variados setores nessas reflexões, tem sido a proposta de **Problemas Brasileiros** desde 1963. O destaque desta edição fica por conta dos negócios sociais (empresas calcadas no tripé lucro-pessoas-meio ambiente), que vêm contribuindo para fortalecer o poder de produção e o consumo de milhões de cidadãos e, consequentemente, dinamizando a economia do Brasil.*

QUEM PENSA O PAÍS ESTÁ SEMPRE APRENDENDO.

TIVEMOS GRANDES LIÇÕES E APRENDEMOS MUITO COM UMA NAÇÃO QUE TEM MUITO A NOS ENSINAR.

Percorremos o território nacional e até cruzamos fronteiras para conversar com pessoas que pensam o Brasil. Na produção de centenas de conteúdos, nós nos aproximamos das novas gerações para fomentar debates, dialogamos com gente que reflete muito sobre a educação e encontramos parceiros como Fundação Lemann, Somos Educação, Escola do Parlamento, USP, Unifesp, Colégio Bandeirantes, Escola Móbile, USP-Ribeirão Preto, FGV-São José dos Campos, Ibmec, Columbia Global Centers, Mackenzie e Lab FGV.

Acesse **umbrasil.com** e confira nosso acervo de entrevistas e debates.

Vamos pensar a educação do Brasil juntos.

www.umbrasil.com

@CanalUMBRASIL

UM BRASIL

tutu

SUMÁRIO

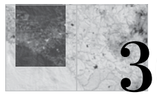
8 Capa
O AVANÇO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

14 Saúde pública
EFICIÊNCIA NO CAOS DA CRACOLÂNDIA

22 Entrevista
CELSO ATHAYDE ANALISA O MERCADO DAS COMUNIDADES

28 Perfil
ISABEL, UMA PRINCESA COM O ESPÍRITO DE SEU TEMPO

32 Artigo
DESAFIOS ECONÔMICOS DO NOVO PRESIDENTE , POR ANTONIO LANZANA



36 Estados Brasileiros
SANTA CATARINA: FORÇA DA DIVERSIDADE

42 7 Perguntas
ALFREDO VALLADÃO

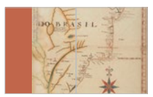
46 Ciência e Tecnologia
PANORAMA DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

50 Artigo
TRINTA ANOS DE DIREITO À SAÚDE, POR OCTÁVIO FERRAZ

52 Sociedade
O DRAMA DOS JOVENS QUE CEIFAM A PRÓPRIA VIDA

58 Artigo
O GOVERNO E O CONGRESSO, POR PAULO DELGADO

59 Biblioteca
MICHELLE ALEXANDER



60 Memória
O QUE O IMPÉRIO DEIXOU PARA A REPÚBLICA?

66 Grande Angular
15 DE NOVEMBRO DE 1889

UNIÃO DE PROPÓSITOS

O modelo de funcionamento dos negócios que geram frutos além do lucro tem atraído a atenção do setor privado e influenciado os planos de grandes corporações. Assunto de capa desta edição de **Problemas Brasileiros**, esses empreendimentos nascem para atender à carência de produtos ou serviços de um público-alvo e, em paralelo, resolver dilemas sociais de comunidades.

Atualmente, os moradores de favelas consomem R$ 80 bilhões por ano, como afirma o empresário e entrevistado desta edição, Celso Athayde, gestor de mais de 20 empresas cujo *core business* está centrado nessas populações. Perceber que tal volume financeiro ocorre em meio às lacunas de infraestrutura que assolam esses locais nos faz entender a urgência de ações conjuntas entre os setores público e privado no sentido de não deixar essas pessoas à margem de uma vida socioeconômica, de fato, ativa. Na medida em que seus resultados se irradiam pela economia nacional, elas são essenciais para gerar riqueza sem exclusão, bandeira primordial defendida pela FecomercioSP.

O bem-estar mental dos jovens brasileiros é outro assunto aqui destacado. Buscamos respostas socioculturais e históricas para entender o que tem levado jovens a tirar a própria vida. Ainda na esfera da saúde pública, nossa reportagem foi conhecer de perto o trabalho dos profissionais do Hospital Helvétia, que atua no tratamento de dependentes químicos em plena região da Cracolândia, em São Paulo.

Para refletir sobre o momento político pelo qual atravessamos, colhemos as impressões do cientista político Alfredo Valladão, para quem as transformações da globalização estão resultando em opções populistas pela sociedade. Textos de Antonio Lanzana, Octávio Ferraz e Paulo Delgado também refletem sobre os desafios estruturais do País.

Nesta passagem de ano, gostaríamos ainda de saudar o presidente eleito e alertar para a urgência da desburocratização do ambiente de negócios brasileiro. Para isso, é premente a adoção de uma agenda de ajustes fiscais e a redução do grau de interferência do Estado na economia e sua exposição à corrupção e à ineficiência, além das reformas nas áreas tributária, previdenciária e administrativa. É preciso unir o Brasil em torno de objetivos comuns: os desenvolvimentos econômico, social e ambientalmente sustentado.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

A REVOLUÇÃO SOCIAL DO CAPITALISMO

Os negócios de impacto social avançam no Brasil e no mundo como uma resposta aos dilemas socioeconômicos globais. Por trás do conceito, está a ideia de que é possível ganhar dinheiro e, ao mesmo tempo, contribuir para um mundo melhor.

texto RODRIGO CAETANO | ilustração CINTIA FUNCHAL

O bairro da Brasilândia, na zona norte da capital paulista, é o endereço de mais de 275 mil pessoas – se fosse um município, estaria perto dos cem maiores do País. A região é de baixa renda. O programa Bolsa Família, por exemplo, atende a 77% dos moradores. O emprego é escasso. Dados da Prefeitura de São Paulo apontam que há no bairro uma relação de 25 trabalhadores em idade ativa por vaga de trabalho formal. A título de comparação, em Santana, bairro vizinho de classe média, essa relação é de 1,4. Resta aos moradores da Brasilândia buscar trabalho fora dali – o que se configura um outro problema, uma vez que a localidade está a quase 13 quilômetros do centro da cidade e há poucas opções de transporte público.

A situação, tanto do emprego quanto da mobilidade, piorou ainda mais na região quando a Uber deixou de atender ao bairro em seu aplicativo. A justificativa foi a violência. A empresa alegou que havia risco de assalto aos motoristas. E os moradores do bairro ficaram sem acesso ao serviço. Questionada sobre a decisão, a Uber afirmou que a sua missão é "conectar pessoas a um transporte acessível e confiável, ao toque de um botão, para todas as pessoas em todos os lugares. Para aumentar a segurança de motoristas parceiros e usuários, nosso aplicativo pode impedir solicitações de viagens de áreas com desafios de segurança pública, em alguns dias e horários específicos". Mas, como é comum nas periferias, o pessoal "se vira". Havia uma boa quantidade de motoristas da Uber vivendo na Brasilândia ou em bairros próximos, como na Freguesia do Ó. O WhatsApp, então, entrou em ação. Se não dava para chamar o carro pelo app, o jeito era apelar pela mensagem de "zap".

Um dos primeiros a perceber a movimentação foi Alvimar da Silva, ex-presidente da associação de moradores do bairro e muito conhecido na comunidade. Antes mesmo da Uber banir oficialmente a Brasilândia, Silva já notava que era difícil conseguir um carro na região. Os motoristas se recusavam a atender, por medo ou preconceito. Para aproveitar a demanda reprimida e driblar o aplicativo, ele decidiu montar uma operação paralela, marcando corridas por telefone e calculando o preço com base no Google Maps. O sucesso foi grande. Logo teve de improvisar uma central telefônica em sua casa para dar conta das ligações. Em um ano, a média de chamadas saltou de 2 mil para 13 mil por mês. Parentes e amigos se ofereceram para ajudar. Sua filha, Aline Landim, percebendo a oportunidade, largou o emprego de bancária que mantinha há seis anos e se juntou ao pai. E assim nasceu a Jaubra, carinhosamente apelidada de "a Uber da quebrada".

Hoje, a empresa conta com cerca de 400 motoristas cadastrados, mas somente 120 trabalhando, em decorrência de limitações de custo – a empresa está utilizando um sistema terceirizado que cobra por motorista cadastrado. Em breve, no entanto, a Jaubra contará com um aplicativo próprio e exclusivo, que está sendo desenvolvido. A ideia é ampliar o negócio e derrubar os muros que restringem a periferia. "Fomos procurados por pessoas de outros bairros e até de outras cidades", diz Aline, que gerencia o negócio. "Meu pai está cada dia mais famoso." Alvimar, ao seu lado, solta uma pequena risada de satisfação.

SUCESSO COMPARTILHADO

A Jaubra é o exemplo clássico do que está sendo chamado de "negócio de impacto social". São empresas, nascidas ou não nas periferias, que buscam algo além de ganhar dinheiro, sem negligenciar aquilo que é fundamental para qualquer negócio, ou seja, o lucro. A base desses empreendimentos está no chamado *triple bottom line*, o tripé da sustentabilidade: pessoas, planeta e lucro. Se é rentável, mas não é bom para o meio ambiente ou para a comunidade, então é um mau negócio. Da mesma maneira, de nada adianta a responsabilidade socioambiental se não há sustentabilidade financeira. É o conjunto dessas dimensões que torna os negócios sociais a resposta aos mais antigos desafios do capitalismo. Para os defensores dessa ideia, não se trata de substituir o sistema econômico vigente por outro, com características sociais, mas de aprimorá-lo. Afinal, em sua essência, o capitalismo prevê que o sucesso de um é o sucesso de todos.

Garantir igualdade de oportunidades está entre os desafios a serem superados por esse novo capitalismo. Os negócios sociais aparecem como uma maneira de democratizar o empreendedorismo. Ao incluir nos planos de negócio o objetivo de fazer um bem social, quebra-se a lógica tradicional de investir em setores de capital intensivo, que demandam muitos recursos naturais e trazem mais riscos, não só à sociedade, mas também ao próprio investidor. O negócio de impacto, por outro lado, traz em sua natureza o conceito de redução das vulnerabilidades por meio de mais conhecimento, por todas as partes interessadas, acerca das diversas variáveis que podem afetar o empreendimento, sejam sociais, sejam ambientais, sejam financeiras. Nesse sentido, a inovação se torna fundamental, abrindo espaço para ideias de fora dos centros econômicos tradicionais, caso, por exemplo, das periferias. O resultado é um investimento de baixo risco com grande potencial de retorno.

A atuação da Jaubra é emblemática por conter uma série de aspectos do que é considerado um negócio de impacto. O fato de o empreendimento ter sido criado e desenvolvido na periferia, por pessoas da comunidade, já traz resultados sociais importantes – como a geração de emprego e renda. Mas não é só isso. A empresa permite que os motoristas trabalhem perto de casa, evitando os grandes deslocamentos, contribuindo para um melhor convívio familiar e reduzindo as emissões de gases do efeito estufa. Ela impacta, também, os moradores. A melhora na mobilidade gera eficiência, aumenta a produtividade e possibilita mais opções de lazer. Em suma, o *triple bottom line* está claramente incorporado ao negócio. "O ideal é que toda empresa, grande ou pequena, seja de impacto social", afirma a diretora da Artemisia, ONG que se dedica ao fomento desse tipo de empresa, Priscila Martins. "Isso, na verdade, fortalece o negócio." A organização tem um programa para acelerar negócios de impacto em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV- EASP), que apoia empresas nascidas e desenvolvidas nas periferias. É o caso da Bioafetiva, que produz cosméticos naturais e fomenta o empreendedorismo feminino, e da Bora Lá, uma agência de marketing popular focada no público de baixa renda.

A visão de que a preocupação com os impactos da empresa na sociedade gera negócios mais fortes tem ganhado aderência entre investidores. Ex-sócio da XP Investimentos, o empresário Bernardo Bonjean buscou nesse modelo a maneira de conferir um sentido mais amplo à sua carreira. "Tudo começou quando tive meu primeiro filho", diz Bonjean. "Eu tinha uma condição financeira estável, mas comecei a questionar o que eu gostaria de deixar como legado." A resposta veio com a Avante, empresa de microcrédito que atua nas regiões menos assistidas do País. O modelo é similar ao difundido pelo economista indiano Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006. A ideia é realizar pequenos empréstimos, a juros baixos, tendo como garantia a relação comunitária entre o banco e o tomador do crédito. Para viabilizar esse modelo, a Avante opera com agentes dos próprios bairros. Eles são responsáveis por fazer a intermediação com a instituição financeira, avalizando os clientes por meio de uma relação mais pessoal. A empresa já ultrapassou a marca dos R$ 100 milhões em empréstimos para mais de 40 mil clientes. No ano passado, a Avante recebeu um aporte de R$ 38 milhões do Fiinlab, laboratório de inovação dos fundos Gentera e Vox Capital.

O objetivo da Avante é transformar a vida das pessoas por meio da criação de oportunida-

O MAPA DOS NEGÓCIOS SOCIAIS NO BRASIL

Conheça o perfil das empresas de impacto social que atuam no mercado brasileiro

579
Negócios mapeados

70%
Já estão formalizados

REGIÃO

- Sudeste: **63%**
- Sul: **20%**
- Nordeste: **9%**
- Centro-Oeste: **3%**
- Norte: **3%**
- Não responderam: **2%**

PARA OS DEFENSORES DOS NEGÓCIOS SOCIAIS, NÃO SE TRATA DE SUBSTITUIR O SISTEMA ECONÔMICO VIGENTE, MAS DE APRIMORÁ-LO. AFINAL, EM SUA ESSÊNCIA, O CAPITALISMO PREVÊ QUE O SUCESSO DE UM É O SUCESSO DE TODOS

des. Os empréstimos concedidos pela empresa servem para impulsionar pequenos negócios, que geram emprego e renda nas periferias. Ao mesmo tempo, por atuar via agentes comunitários, ela garante protagonismo aos moradores. No ano passado, a Avante foi premiada pela ONU. Bonjean indicou para receber o prêmio na sede da entidade, em Nova York, o parceiro Edinho Luis da Silva, morador da favela de Paraisópolis, em São Paulo, que atua como agente da empresa desde o seu início. Fomentar esse sentimento de orgulho e empoderamento é um dos pilares da companhia.

IMPACTO NO BRASIL

O conceito de negócios de impacto social vem avançando no Brasil. Um estudo divulgado no ano passado pela consultoria Pipe.Social, especializada no tema, mapeou um total de 579 negócios do gênero no País em diversos setores. "Não são apenas microempresas, temos casos de negócios sociais que faturam até R$ 10 milhões", afirma a cofundadora da Pipe, Livia Hollerbach. As áreas de educação e tecnologia respondem pela maior parte dos empreendimentos, mas há projetos também nos setores de saúde, finanças sociais, cidades e cidadania. Em termos de investimento, mais de 70% captaram até R$ 1 milhão, e 23%, acima disso. Segundo Livia, a Pipe está preparando uma nova edição do estudo, a ser lançada no início de 2019, cuja previsão é de mostrar um aumento expressivo do setor. "Estamos com uma base de aproximadamente 1,2 mil empresas cadastradas", diz Livia – a Pipe funciona como um *hub* de negócios de impacto social, conectando empresas a investidores e fornecedores.

Quem também tem incentivado a criação desse tipo de negócio é o Sebrae. "Está crescendo muito o número de investidores interessados em startups que melhorem a relação de valor da empresa com o mercado, promovendo o impacto social", afirma a analista do Sebrae Valéria Barros. "Estamos numa onda bastante favorável para elevar o País a um outro patamar." Segundo Valéria, a área de negócios sociais é um nicho interessante a ser explorado por apresentar possibilidades maiores de ganho e riscos menores.

A diversidade brasileira, cultural e ambiental, e a profunda diferença de classes tornam o País uma espécie de laboratório para negócios de impacto social. Isso tem feito com que grandes companhias multinacionais passem a incorporar o conceito em suas estratégias, caso de Danone, Unilever, Nestlé, Ambev e Coca-Cola, entre outras. A Danone, por exemplo, criou o projeto Kiteiras. A ideia é oferecer a mulheres de baixa renda, especialmente mães solteiras, uma oportunidade de renda com a venda de iogurtes em suas comunidades. Já a Ambev lançou a água Ama, cujo lucro é destinado a projetos de preservação das águas.

Para a presidente da Enactus, ONG internacional que atua na área de educação, Joana Rudiger, a adesão ao conceito nas grandes corporações está relacionada a uma mudança de pensamento das novas gerações. "Os jovens são muito guiados pelo propósito", afirma Joana. "Hoje, empreender é chique, tornou-se uma aspiração das pessoas." Mesmo dentro de uma multinacional, os chamados *millennials* querem impactar e serem impactados sem se limitarem a um papel pequeno dentro de uma engrenagem. Os negócios de impacto social atendem a essa demanda com a vantagem de serem democráticos e acessíveis.

REGIÃO

- Saúde: **10%**
- Educação: **38%**
- Tecnologias verdes: **23%**
- Cidadania: **12%**
- Cidades: **8%**
- Finanças sociais: **9%**

FATURAMENTO

- **31%** Até R$ 100 mil
- **13%** Até R$ 500 mil
- **6%** Até R$ 1 milhão
- **5%** Até R$ 2 milhões
- **7%** Acima de R$ 2 milhões
- **35%** Não faturam
- **3%** Não responderam

Fonte: *Pipe.Social*

DINHEIRO NÃO É TUDO

Adicionalmente, a questão do propósito vem ganhando cada vez mais importância, o que se reflete em movimentos que buscam humanizar as corporações, ou seja, conectá-las à sua essência. Há cerca de dez anos, surgiu nos Estados Unidos o movimento Capitalismo Consciente. Ele partiu de um artigo escrito por John Mackey, um dos fundadores da Whole Foods (rede de supermercados especializada em alimentos orgânicos, recentemente comprada pela Amazon). No artigo, intitulado "Criando um novo paradigma para os negócios", Mackey aponta que a melhor forma de aumentar os lucros de uma empresa é, justamente, não fazer deles o principal objetivo do negócio. Outras empresas americanas seguiram o mesmo caminho, como a companhia aérea Southwest e a fabricante de roupas Patagonia.

De acordo com Mackey, toda empresa nasce com um objetivo, que não é o de simplesmente ganhar dinheiro. "Todo profissional tem um propósito. Por que as empresas não podem fazer o mesmo?", escreveu o empresário. Qualquer negócio nasce com a ideia de resolver algum problema da sociedade. A Whole Foods, por exemplo, surgiu com a meta de melhorar a vida das pessoas por meio de uma alimentação mais saudável. A venda de alimentos orgânicos seria uma maneira de atingir esse objetivo. A questão é que, à medida que o empreendimento cresce, o foco das companhias muda, saindo do objetivo inicial do negócio para os resultados financeiros. Nesse momento, as estratégias e os posicionamentos que garantiram seu sucesso inicial são negligenciados em favor de uma visão de curto prazo que beneficia, primordialmente, os acionistas. Essa lógica de mercado, na verdade, acaba prejudicando as companhias em médio e longo prazos. Após a publicação do artigo, Mackey escreveu um livro, *Firms of Endearment* ("Empresas humanizadas"), em parceria com o professor Raj Sisodia, atualmente na Babson College, de Massachusetts (EUA). Segundo Sisodia, ao realinhar o foco ao seu propósito inicial, as companhias retomam o caminho do sucesso ao se concentrarem, justamente, naquilo que as fazem crescer. No Brasil, o conceito ganhou a simpatia de empresários como Abilio Diniz e Jorge Gerdau.

Quando se analisa um negócio de impacto social, o seu propósito, invariavelmente, é absolutamente claro. A Jaubra, por exemplo, quer melhorar a vida das pessoas oferecendo a elas aquilo que é mais valioso: tempo. "A maioria dos motoristas vem trabalhar com a gente dizendo que não aguenta pegar trânsito. Então, preferem trabalhar no próprio bairro, onde podem almoçar em casa, por exemplo", ressalta Aline. Da mesma forma, a dona de casa não precisa pegar um ônibus para ir ao mercado ou esperar uma carona. Com mais autonomia, ela pode participar mais da vida do filho e, também, da comunidade, em um ganha-ganha social e lucrativo para todos. E viva o capitalismo.

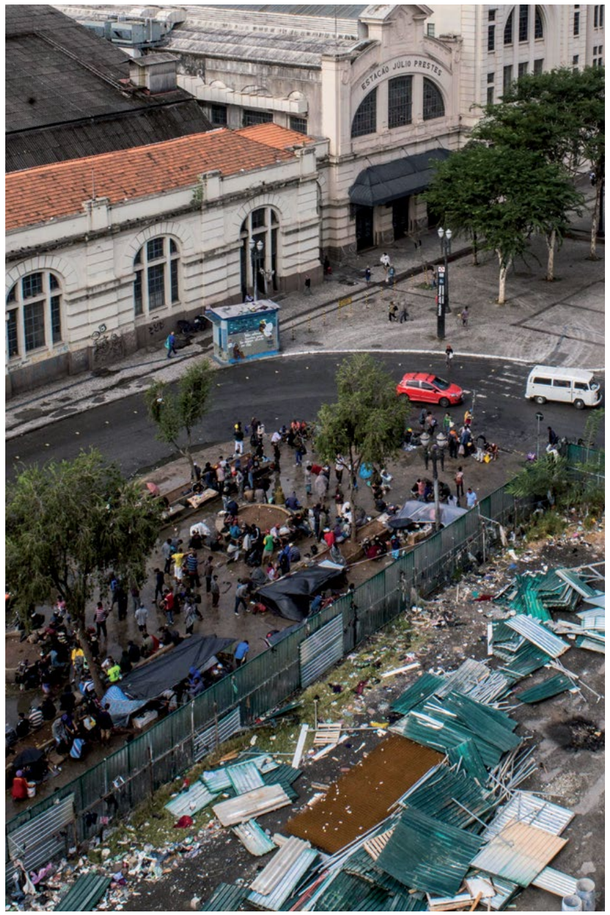
&

UM OLHAR HUMANO SOBRE O CAOS

Há mais de 20 anos, a Cracolândia é palco de ações descontinuadas por parte do Poder Público que se revelaram ineficazes tanto no combate ao tráfico de drogas quanto na abordagem aos usuários. Em meio a programas encerrados, há uma iniciativa eficiente, que serve como modelo nacional no tratamento de dependentes químicos: a do Hospital Helvétia, localizado no coração do "fluxo".

texto FILIPE LOPES E ANDRÉ ROCHA | fotos CHRISTIAN PARENTE

A localização do hospital, no centro do "fluxo", permitiu a criação de vínculo entre os profisisonais de saúde e os usuários



"Zona de guerra". Essa é a expressão que pode definir a região paulistana conhecida como "Cracolândia", situada entre os bairros de Campos Elíseos, Luz, Santa Efigênia, República e Santa Cecília. Em meio a conflitos diários com traficantes, no último ano, a polícia prendeu ali 1,65 mil pessoas, apreendeu 663,4 quilos de drogas, 50 armas de fogo e mais de R$ 500 mil em dinheiro, segundo informações da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Em 20 anos, sete administrações estaduais e municipais diferentes tentaram medidas contra o problema. Alguns governos se valeram da violência policial e seguiram a linha do tratamento compulsório. Outros, mais à esquerda, tentaram o viés da redução de danos, na qual o usuário diminui o consumo de forma gradual e recebe tratamentos psiquiátrico e químico, conservando a autonomia e a liberdade. Seja pela ineficácia das terapias, seja pelas mudança nas políticas públicas – já que a premissa sempre foi descontinuar o trabalho feito pela gestão anterior –, jamais se obteve sucesso. Nem tudo está perdido, porém. Destoa desse cenário a experiência do Hospital Helvétia, que trata usuários e tem conseguido manter a taxa de abstinência em 54%, porcentual bem acima da média dos 30% estimados nos demais serviços públicos, segundo a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM).

O hospital, mantido pelo Programa Recomeço do Governo do Estado e administrado pela SPDM desde 2013, acumula casos de sucesso em que usuários deixaram o vício e foram ressocializados. O segredo? A unidade combina as duas filosofias de tratamento – abstinência e redução de danos. "A dependência química não funciona como as doenças de caráter crônico, nas quais o paciente é tratado e curado. O usuário de crack precisa de assistência contínua. E os indivíduos reagem de formas distintas. Aqui, oferecemos o tratamento de acordo com a necessidade de cada pessoa", afirma o diretor do hospital, o psiquiatra Claudio Jerônimo.

A Cracolândia concentra pessoas vindas de diferentes regiões brasileiras. Segundo a Prefeitura de São Paulo, circulam diariamente pela área cerca de 700 pessoas, de diversas classes sociais e faixas etárias. Homens adultos, idosos, mulheres grávidas e crianças disputam pedras de crack. A Polícia Militar (PM) promove as chamadas "limpezas" três vezes ao dia, quando passam dispersando as pessoas aglomeradas pelas ruas. Após 15 minutos da passagem da PM, no entanto, o cenário que parecia controlado volta ao "fluxo", como é chamada a movimentação na qual ocorrem as transações de drogas. Os viciados se reúnem em torno das barracas, evidenciando de maneira crua a desumanização imposta pelo vício e o gravíssimo problema de saúde pública.

EPICENTRO DO CAOS

O Hospital Helvétia tem atualmente 11 andares destinados ao Centro de Convivência, que abrange o programa Recomeço Família, a Enfermaria de Desintoxicação e a Moradia Assistida. Foram atendidas 11 mil pessoas em cinco anos. Nos primeiros tempos do programa, em 2013, a estrutura era pífia. A equipe atuava em uma tenda improvisada, instalada entre a Rua Helvétia e a Alameda Cleveland, no terreno dentro do qual posteriormente seria construído o hospital. Médicos, enfermeiros e agentes sociais prestavam atendimento emergencial aos usuários e os encaminhavam a outros aparelhos públicos para tratamento químico. Na mesma medida em que a precariedade das instalações e os perigos do contato direto com usuários e traficantes atrapalhavam o trabalho, a localização privilegiada, no coração da Cracolândia, permitiu a criação de um vínculo entre

“O USUÁRIO DE CRACK PRECISA DE ASSISTÊNCIA CONTÍNUA. E OS INDIVÍDUOS REAGEM DE FORMAS DISTINTAS. AQUI, OFERECEMOS O TRATAMENTO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA PESSOA.”

CLAUDIO JERÔNIMO, diretor do Hospital Helvétia

os profissionais de saúde e os usuários. “A relação de confiança é o primeiro passo para iniciar um tratamento. O usuário precisa saber que amanhã você ainda estará disposto a ajudá-lo, sem julgar, para que ele volte a existir para a sociedade”, afirma a gerente administrativa da SPDM, Sueli Freire, que atua no projeto desde a sua fundação.

Embora conte hoje com maior aparato, o dia a dia do hospital não chega a ser tranquilo. A forte presença policial não impede que ocorram confrontos durante algumas “limpezas”, momentos nos quais funcionários, usuários e até mesmo pessoas que caminham pela região ficam ilhadas nas dependências do hospital, cujas portas são fechadas quando começam os embates. Os agentes de saúde permanecem em alerta para garantir a própria segurança e a integridade dos pacientes. Segundo a equipe, o nível de estresse é altíssimo no local, exigindo “nervos de aço” dos 202 funcionários que trabalham no Helvétia. A Secretaria de Saúde monitora periodicamente a saúde psicológica dos agentes com presença constante de psicólogos e treinamentos.

O governo estadual destinou cerca de R$ 80 milhões do orçamento para o tratamento de usuários de drogas entre 2014 e 2018. Não há cálculo de valores gastos com programas de combate à dependência química antes disso, pois a discriminação dos valores começou a ser feita apenas após a Lei Orçamentária de 2013.

O trabalho realizado pelo Helvétia é pautado pela busca de soluções para três problemas ocasionados pelo vício: social, jurídico e de saúde. Os agentes atuam em acolhimento, orientação e tratamento. As pessoas são, depois, encaminhadas para a ressocialização, fase na qual recebem assistência para resolver os eventuais problemas legais. “Só quem está na linha de frente consegue entender que não existe uma linha única para a eficácia do tratamento. Cada caso deve ser tratado de forma própria”, aponta Sueli.

ACOLHIMENTO

O hospital faz parte de um grupo de 50 comunidades terapêuticas conveniadas ao governo estadual que atendem os usuários encaminhados pelo Centro de Referencia de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod). O usuário disposto a passar por tratamento procura o Cratod para entrar em uma triagem na qual é identificado o nível do vício, os melhores tratamentos e as unidades com vagas para acolhê-lo. Ele pode ainda ser direcionado a uma avaliação médica ou, em casos menos graves, para um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do município ou da própria instituição.

Os usuários destinados ao Helvétia iniciam o contato com os agentes no primeiro andar do edifício, no Centro de Convivência, local onde podem cuidar da higiene básica: tomar banho, cortar os cabelos etc. No segundo andar há uma acade-

LINHA DO TEMPO

1990
Primeira apreensão de crack feita pela Polícia Militar (PM), na região leste de São Paulo.

1995
Criação da Delegacia de Repressão ao Crack, a fim de combater a crescente presença da droga na região central da cidade.

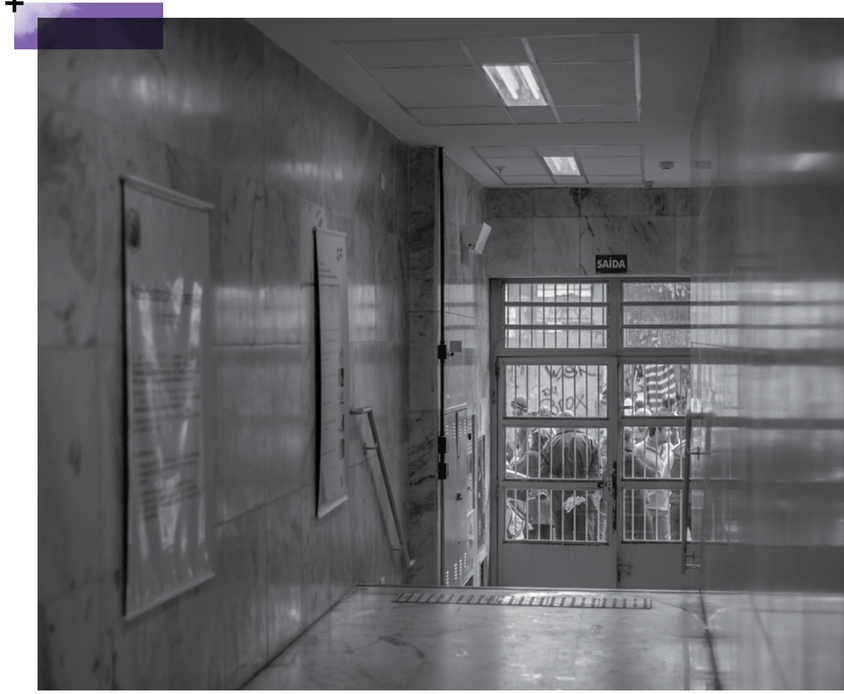
1999
O governador Mario Covas nomeia Marco Vinício Petrelluzzi como secretário de Segurança Pública com a promessa de decretar o fim da droga. Após investidas violentas da PM, Petrelluzzi afirma que o “crack havia sumido do Centro”.

2000
Sob a gestão Marta Suplicy, a prefeitura recebe US$ 100 milhões do BID destinados à “recuperação do Centro” e ao tratamento dos dependentes.

2005
Sob a gestão de José Serra, o Projeto Nova Luz concede incentivos fiscais a empresas para que realizem obras de infraestrutura. Ocorrem ações violentas da PM. O subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, declara que “a Cracolândia não é mais o endereço do crime”.

2009
O governador Geraldo Alckmin e o prefeito Gilberto Kassab unem os governos em uma ação ostensiva, com 70 policiais e agentes de saúde – para promover internações. O levantamento, divulgado em 2011, mostra que, de 388 abordagens, apenas uma resulta em internação.

O entorno da Cracolândia: a forte presença policial não impede que ocorram confrontos durante as “limpezas”



2012
Nova operação conjunta dos governos Alckmin e Kassab muda a abordagem policial, que até então orientava para a internação voluntária. Após forte repressão, o governo Alckmin passa a realizar internações compulsórias de usuários.

2014
Sob a gestão do prefeito Fernando Haddad, o programa De Braços Abertos oferece hospedagem e trabalho aos usuários, internados voluntariamente.

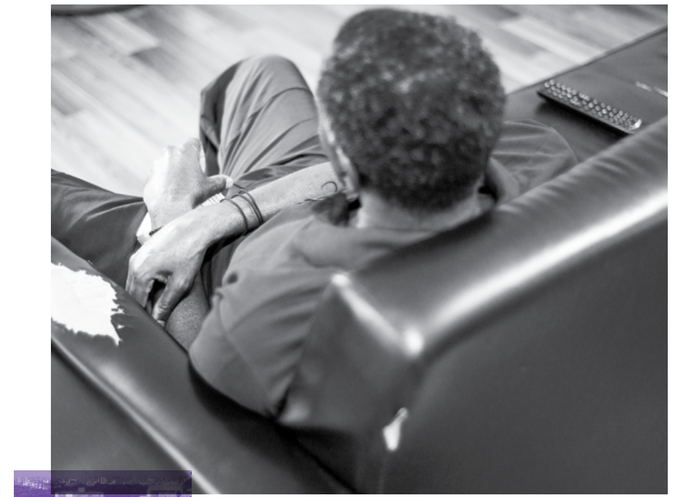
2017
O prefeito João Doria decreta o fim do programa De Braços Abertos e inicia o Redenção, com forte repressão policial, na qual 900 policiais derrubam 34 barracas de venda de drogas e prendem 51 pessoas. Após a ação, Doria afirma que a "Cracolândia havia acabado".

A enfermaria de desintoxicação conta com o consentimento do usuário para que receba a terapia química e inicie o processo de abstinência

mia completa, aberta a todos. "O acolhimento consiste em ouvi-los e incentivá-los a pensar no processo terapêutico", explica Claudio Jerônimo. Os pacientes são convidados também a se engajar em atividades como oficina de culinária, aulas de música e até karaokê, organizado na rua em frente ao edifício, toda quinta-feira, por um psiquiatra voluntário. "Enquanto estão ocupadas, as pessoas permanecem longe da droga, e é o momento no qual fazem a reflexão de que é preciso lutar contra o vício", diz o diretor do hospital.

Até então, o usuário que chega ao Centro de Convivência não tem qualquer vínculo com o hospital e pode sair quando quiser, inclusive para usar droga. Segundo a administração do Helvétia, passam pela convivência em torno de 3,5 mil pessoas por mês, que realizam pelo menos duas atividades no local.

O estágio seguinte é a enfermaria de desintoxicação, que conta com o consentimento do usuário para que receba a terapia química e inicie o processo de abstinência. Nessa fase, ele não pode sair do edifício até terminar o tratamento. À medida que recebe a medicação, o usuário também é convidado a buscar contato com seus familiares para restabelecer os vínculos destruídos pelo vício. "Muitas famílias estão cansadas de tentar ajudar o usuário, que não raro os rouba e age com violência. Mas, no programa Recomeço Família, tentamos o contato e, se tudo der certo, ao fim do tratamento o paciente volta para casa", conta Sueli.



VOLTANDO A EXISTIR

O perfil do usuário da Cracolândia é amplo, e os motivos que levam as pessoas ao vício também são muitos. Embora as enfermarias do hospital sejam divididas em alas feminina e masculina, um dos melhores exemplos de que a chave para a eficácia do Helvétia está na abordagem particular para cada caso é o fato de que a instituição permite que homossexuais e pessoas trans (17% da população da Cracolândia) optem por ficar na enfermaria na qual se sintam mais à vontade. "Aqui, eles voltam a ser cidadãos, que merecem respeito e atenção, como qualquer um", afirma a coordenadora médica do Hospital Helvétia, Renata Rigacci Abdalla. Cerca de 20% das pessoas trans acolhidas pelo Helvétia apresentam sífilis, além de tuberculose e HIV.

Nos andares destinados à enfermaria, é possível ouvir os barulhos da rua, mas o "caos do fluxo" vai se distanciando gradativamente do segundo andar em diante. Nas paredes, estão expostos desenhos, cartas e poemas feitos pelos pacientes.

Depois da desintoxicação, o paciente começa a estabilizar a questão psíquica e a programar o próximo passo. O sucesso nesse estágio é medido pela capacidade do paciente em se manter "limpo", sendo comuns as recaídas e o reinício do tratamento diversas vezes, até que a pessoa consiga seguir para a abstinência e para a ressocialização.

Muitos dependentes passam anos nas ruas usando crack, totalmente desconectados da dinâmica comum das pessoas. Não é fácil a volta à vida, na qual a rotina inclui fazer higiene pessoal, trabalhar, administrar dinheiro, ter um lugar para morar etc. Para auxiliar nesse processo, o Helvétia conta com conselheiros que auxiliam os pacientes a se inserirem novamente na sociedade. Muitos são ex-usuários que, além de entenderem as dificuldades dos pacientes, sabem da importância em se criar um vínculo de confiança no processo de reinserção. "Tivemos um caso em que o paciente abriu uma conta no banco e recebeu um cartão de crédito com limite de R$ 2 mil. Ele gastou tudo em um dia, comprando o que via pela frente, achando que aquele dinheiro era dele. Aí explicamos que o crédito não funciona assim e que ele precisaria saber administrar seu dinheiro para não gastar além da sua capacidade", relata Renata.

O hospital também encaminha os ex-viciados para vagas de emprego. As oficinas ministradas dentro da instituição ajudam os pacientes a aprender novas habilidades, que colaboram na recolocação profissional. Os reabilitados que conseguem alta do tratamento, e cujas famílias concordaram em recebê-los, voltam para casa, mas continuam recebendo acompanhamento por ligações telefônicas periódicas. Aqueles que não têm família ou preferem não voltar para a casa, podem se inscrever no programa Moradia Assistida, que oferece 36 quartos temporários para os reabilitados. "Os pacientes ficam na moradia de seis meses a um ano e depois retornam à sociedade. "Não é cobrado aluguel, e o indivíduo fica livre para sair à rua quando quiser, mas a contrapartida é permanecer abstinente", afirma Claudio Jerônimo. Para garantir a sobriedade, são feitos exames de urina sem prévio aviso. Caso estejam drogados, reiniciam o tratamento na enfermaria.

"O sucesso do Helvétia pode ser explicado pela gestão bem planejada. Temos de seguir metas de qualidade. E manter em alta os indicadores de sucesso, como taxa de abstinência, higiene, funcionários com carteira assinada e acompanhamento psicológico, entre outros", diz Jerônimo. "O problema da Cracolândia é o tráfico. Mas se conseguirmos ter um olhar humano sobre essas pessoas, vamos tratá-las de maneira eficaz e estabelecer possibilidades reais de ressocializá-las para que voltem a ser vistas como seres humanos capazes de contribuir para o crescimento da sociedade, e não mais como um peso para o Estado e motivo de repulsa das pessoas", conclui o diretor do hospital.

&

CELSO ATHAYDE

Com *know-how* e credibilidade no mercado formal, empresário cria interface com o morador da favela – que, de forma avulsa, não teria condições de fazer negócio

entrevista RODRIGO CAETANO | fotos CHRISTIAN PARENTE

"Favelas não são regiões carentes. São potentes", afirma o fundador da Central Única das Favelas (Cufa) e da Favela Holding (FHolding), Celso Athayde. Para o empresário, chamar uma pessoa de carente é diminuí-la, porque "o filho de um motorista não é mais carente do que o filho do patrão. A renda pode ser diferente, mas o potencial está lá". Athayde é a prova disso. Ex-morador de rua, viveu em abrigo até os 14 anos, quando se mudou para a Favela do Sapo, no Rio de Janeiro, e passou a empreender intuitivamente. Hoje, sua FHolding reúne mais de 20 empresas, de agência de publicidade a distribuidora de bens de consumo, todas pensadas, criadas e desenvolvidas nas comunidades.

Seus empreendimentos são a mais pura definição de negócio de impacto social, ainda que o empresário, em princípio, refute a ideia. "Eu não lido com esses negócios como sendo de impacto social. Lido como negócio e ponto", diz. "Agora, obviamente, à medida que percebo que as pessoas entendem essas empresas como sendo de impacto, passo a buscar compreender o conceito."

Para Athayde, ninguém mora na favela por opção, mas por necessidade. Admitir essa realidade não é negar o lugar. É entender que todos sonham com dias melhores e buscam ascender socialmente. Democratizar os recursos e levar qualificação aos moradores das comunidades são os caminhos mais rápidos para o desenvolvimento. Em entrevista à **Problemas Brasileiros**, o empresário fala sobre sua trajetória e como criou o maior grupo empresarial das favelas. Trechos do bate-papo também estão disponíveis no portal *www.fecomercio.com.br*.

O que é um negócio de impacto social?

Hoje, vejo a academia e as empresas discutindo muito esse tema. Mas nem sempre as pessoas que deveriam ser impactadas entendem o conceito ou estão presentes nessas reuniões. Sou um desses casos. Quando me falam que tenho um "negócio social", fico na dúvida. Não me defino dessa maneira. Trabalho com movimento social há 20 anos, desde que fundei a Central Única das Favelas (Cufa). Mas, antes disso, eu tinha bandas de rap, trabalhava com Racionais MC's, MV Bill e outras pessoas. Se eu ganhava dinheiro com isso, dentro de favela, também pode ser considerado um empreendimento de impacto social. O que não existia era essa narrativa. Quando se ouve falar de empreendedorismo na base da pirâmide, quem está falando é o asfalto. A favela não fala isso.

Como definir o empreendedorismo na base da pirâmide, então?

Sou empreendedor desde sempre. Vivi na rua dos seis aos 12 anos de idade, em abrigo público, até os 13, e, aos 14, fui morar na Favela do Sapo. Em todo esse período, ia à feira com carrinho de rolimã para carregar a bolsa de alguém ou para o supermercado empacotar compras para ganhar um trocado, ou seja, sempre empreendi. Mas, na favela, a gente não fala que está empreendendo, fala que está "se virando". O que está no consciente coletivo é que empreendedor é quem tem um espaço físico: bar, mercadinho, padaria. Só que até aquela pessoa que está lá na favela ensinando futebol para a molecada também é uma empreendedora, mas não se reconhece como tal. As escolas públicas deveriam incluir matéria sobre empreendedorismo para mudar esse entendimento.

A Cufa surgiu com a ideia de fomentar o empreendedorismo?

Eu sempre disse que a Cufa tinha de dar lucro. E nunca trabalhei com voluntários, todos eram funcionários. Para isso, precisava de recursos. Nesse sentido, havia uma lógica contra nós. Precisávamos de uma ONG do asfalto para captar dinheiro com os ministérios e outras entidades para depois repassar uma pontinha para a ONG da favela. A questão é que nós falávamos "favelês", não português, por isso, não tínhamos acesso aos financiamentos. Precisávamos desse intermediário, mas sempre achei que não deveria ser assim. Então, o que a gente fez foi se capacitar.

Em que momento o seu trabalho social na Cufa se transformou em empreendedorismo, no sentido tradicional?

Quando a Cufa começou a crescer (hoje ela está nos 26 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, e 17 países), passei a perceber que cada local tem suas especificidades. Percebi que, no Haiti, você se comunica de um jeito diferente; em Nova York, não tem só a parte rica, tem também lugares em que as pessoas dependem da prefeitura para poder comer, enfim, existe miséria em todo lugar. Mas também percebi que periferia é periferia. No fundo, as pessoas têm as mesmas necessidades e aspirações. O que difere o Capão Redondo [*em São Paulo*] da Cidade de Deus [*no Rio de Janeiro*] é o sotaque. Chegou um momento em que eu já conseguia bastante recurso para a Cufa. Só que eu mesmo não tinha nada. A decisão de ir me afastando da ONG foi para construir meu patrimônio. Nesse momento, decidi separar as coisas e chamei todos os presidentes de empresas com quem tinha algum relacionamento, como P&G, Nike, FedEx, entre outras, e perguntei se não queriam desenvolver ações de negócio com base nesse conhecimento sobre os códigos e a cultura das favelas. Alguns aceitaram.

Que tipo de negócio?

A P&G, por exemplo, havia mapeado um potencial de mais de 500 mil pontos de venda no País. Mas só chegava a 180 mil. Uma parte dos pontos aos quais a empresa não chegava podia estar nas favelas. Fizemos um teste, vendendo Gillette, Duracell e Pampers. A P&G fez um investimento em motos, e nós montamos pontos de distribuição nas favelas, que ficavam na casa das pessoas. Em paralelo, fizemos uma ação com as companhias aéreas e as principais agências e operadoras de turismo. A proposta era vender passagem aérea *in loco* por meio de franquias, que seriam de propriedade dos moradores das favelas em condições favoráveis à comunidade.

> O que precisamos, como Estado, é melhorar as condições para que essas pessoas possam produzir mais e consumir mais. Como? Melhorando a qualificação. Mas a qualificação está nas mãos de poucas pessoas.

E o que perceberam?

Nos últimos 12 anos, houve uma distribuição de riqueza no Brasil, e as pessoas passaram a migrar socialmente, mas não territorialmente. Muita casa na favela tem as mesmas coisas das do asfalto, só que quando se pisa da porta para fora, o morador dá de cara com uma vala, porque ali é o espaço público no qual o Estado deveria fazer benfeitorias, e não faz. De qualquer forma, as pessoas passaram a ter recursos para poder viajar. Só que, apesar de ter o dinheiro, não se sentiam capazes de estar num ambiente que, teoricamente, não era para elas. Até porque o que aparecia nos comerciais era uma mulher sempre loirinha, uma aeromoça de chapeuzinho na cabeça, servindo um casal branco. Na favela, mais de 80% são negros. Quando quem está vendendo a passagem é um morador da favela, ou seja, um par, a coisa muda de figura. Faltava superar outras barreiras culturais, como a do *check-in*. Muita gente preferia ir de ônibus para não fazer o *check-in*, até descobrir que não é nada demais. Foi assim que surgiu a Vai Voando (rede de agências de viagem que pertence à FHolding). Nossa ideia era abrir dez franquias no Rio de Janeiro e, em seguida, fazer um plano de expansão. Hoje, já temos mais de 200 no Rio e só agora conseguimos parar para entrar em São Paulo.

Esses negócios já nasceram com o conceito de impacto social incorporado desde o início ou isso veio depois?

Eu não lido com esses negócios como sendo de impacto social. Lido como negócio e ponto. Agora, obviamente, à medida que percebo que as pessoas entendem essas empresas como sendo de impacto, passo a buscar compreender o conceito. Mas não é isso que me motiva. O que me move é a possibilidade real de transformar a vida das pessoas, fazê-las se tornarem protagonistas. Isso, para mim, é impacto social.

Como é a divisão de lucros do negócio?

A maneira como estruturei a Vai Voando é um exemplo. Eu tenho a holding. Essa holding se associa à operadora de turismo e, juntas, ganham 4% na operação. O morador da favela é o dono da agência. Ele não investe um real e passa a ganhar 10% por passagem vendida. O que acabo fazendo é usar meu *know-how* e minha credibilidade com o mercado formal para criar uma interface com o morador da favela, que, individualmente e de forma avulsa não teria condições de fazer negócio. Ou seja, eles são os protagonistas, eles são os sócios. Nós somos apenas os intermediários. Isto, para mim, é impacto social: gerar empreendedorismo na base da pirâmide e postos de trabalho fora dos grandes centros, fazendo com que o dinheiro

Aquela pessoa que está na favela ensinando futebol para a molecada também é uma empreendedora, mas não se reconhece como tal. As escolas públicas deveriam incluir matéria sobre empreendedorismo para mudar esse entendimento.

oriundo do trabalho da periferia fique na periferia. Dessa maneira, é natural que as condições sociais mudem.

Criar condições para que os moradores empreendam dentro das favelas, e não apenas aumentar a renda das pessoas, é o melhor caminho para reduzir a desigualdade no Brasil? Como criar políticas públicas que favoreçam esse desenvolvimento?

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o ideal seria que a favela não existisse, que nossas políticas pudessem garantir habitação, segurança e transporte independentemente de onde você more. Isso é uma coisa. Agora, o protagonismo da favela precisa existir porque ninguém quer ser miserável. Todo mundo quer estudar e trabalhar. Hoje, critica-se muito o consumismo por ele não ser uma solução. Mas depende. O que a favela consome não é consumismo, é consumo, pura e simplesmente. Uma mulher da favela consome uma máquina de lavar, uma batedeira, uma televisão. Isso é consumismo? São itens de necessidade. Ou é somente a mãe de quem mora no asfalto que tem de ter suas mãos protegidas no momento de lavar a roupa? É muito romântico quando o rico fala que abdicou do carro. Só que para uma pessoa da periferia pegar o metrô, às vezes, tem que andar seis quilômetros. É importante dizer que o consumo, na verdade, se dá com base na produção.

Como é essa dinâmica?

O avanço não é pelo consumo, é pela produção. Se, hoje, as favelas consomem R$ 80 bilhões por ano, que é o quanto movimenta a economia desses lugares, isso acontece porque as pessoas que estão ali produzem na mesma proporção. O que nós precisamos, como Estado, é melhorar as condições para que essas pessoas possam produzir mais e, consequentemente, consumir mais. Como? Melhorando a qualificação. Todo mundo quer ter acesso a bens de consumo, e ninguém pode ser acusado de ser consumista por isso. Mas o que a gente vê é que qualificação está nas mãos de poucas pessoas.

É possível, então, desenvolver as favelas para que deixem de ser uma espécie de território à parte da sociedade, como são atualmente?

A única maneira de fazer isso é democratizando os recursos. As pessoas não vivem na favela porque querem. Qual é o sonho de cada menino da favela? Ficar rico e dar uma casa para a mãe fora dali, por mais que ele goste e ame a favela. Isso não é negar o lugar. É sonhar com dias melhores. O ladrão de banco, o menino que faz malabarismo no sinal, o Silvio Santos, os empreendedores, todos querem a mesma coisa: avançar socialmente. Como é a escassez de recursos que leva as pessoas a morar na favela, só é possível mudar essa realidade com um melhor equilíbrio financeiro. Daí as pessoas vão passar a morar em periferia. É bom ressaltar que, quando falo em favela, refiro-me ao que o IBGE chama de "aglomerado subnormal". Favela e periferia são coisas diferentes.

Qual é a diferença?

Cidade de Deus e Rocinha são duas favelas, mas a primeira fica na periferia, a outra, não. Existem 15 milhões de pessoas morando em aglomerados subnormais. Mas não considero esses lugares carentes, considero potentes. Eu fui carente quando morei em abrigo. Era o Estado que levava a minha comida. Uma pessoa que ganha salário mínimo não é carente. É um profissional assalariado que produz para o País e vive em situação de baixa renda. O filho de um motorista não é mais carente do que o filho do patrão. Usar o conceito de carência é transformar as pessoas em menores. Os moradores de favela são pessoas com enorme potencial, que empreendem muito mais por necessidade do que por vocação e que se tivessem acesso a conceitos de negócios, tudo aquilo que eles estão fazendo desde criança intuitivamente, como ajudar uma senhora a carregar suas compras na feira, poderia ser elaborado como *business*. Não podemos continuar a fazer da favela um grande laboratório, onde o homem do asfalto se entende como um cientista e enxerga o favelado como um camundongo. É preciso criar as condições para que aqueles que possuam desvantagem por não terem estudado em Harvard ou no MIT possam se tornar protagonistas. E que os negócios sejam desenvolvidos na favela, e, da favela, saiam.

&

O "TIMING" E A PRINCESA

texto JORGE CALDEIRA

Uma de minhas fascinações com a história brasileira está na complexa relação entre permanência e mudança. E nela não há enigma maior que o da Princesa Isabel e a escravidão.

A questão envolvida nessa relação é de profundidade bem maior que o já complexo problema de libertar escravos. No sentido das relações de trabalho, a libertação era certamente um ganho imenso para a pessoa antes obrigada a entregar o fruto de seu suor para outrem, além de deixar de viver em cativeiro e sujeita a castigos.

Dos pontos de vista histórico e sociológico, essa era uma relação de trabalho que vinha em decadência ao longo de todo o século 19. Segundo os dados do censo de 1819, um dos mais completos da época, naquele ano, 25,2% das pessoas que viviam no Brasil eram escravas. Ou seja, o número de trabalhadores livres era maior. Já as estatísticas referentes a 1888 indicam que apenas 5% dos brasileiros eram escravos.

Por mais que se queira sofismar a respeito de uma eventual alta produtividade dessa espécie de trabalho, basta esse dado geral para que se entenda a realidade para a qual apontavam todos aqueles que defendiam o fim da escravidão: não havia futuro naquele regime, apenas no trabalho assalariado, que promovia a riqueza capitalista em todo o mundo, enquanto o Brasil ficava para trás. O sucesso do Visconde de Mauá, o maior empresário brasileiro e visceralmente antiescravista, é outro indicador sintético para esse modo de pensar.

PASSOS GRADUAIS

Pois bem. Embora filha obediente de um imperador cauteloso, Isabel foi encontrando as formas possíveis de se adaptar ao espírito de seu tempo, mesmo crescendo numa corte dominada por aristocratas escravistas. Casou-se com um francês – e aproveitou para viver na Europa o quanto pôde, bem longe das manobras de postergação de uma abolição que já se insinuava com força na sociedade brasileira.

Em sua primeira temporada como regente, iniciada quando tinha apenas 24 anos de idade, em 1871, acompanhou de perto o primeiro grande passo legal, a aprovação da Lei do Ventre Livre – que ela sancionou. O debate foi violento, mas o gabinete teve todo o suporte que precisava para capear a tempestade.

Daí em diante, começou um minueto, quase todo dançado na linguagem dos símbolos tão caros à monarquia e ao Antigo Regime – com os argumentos das leis e pensamentos entrando só de quando em quando na história.

ISABEL ESTAVA AO LADO DOS ABOLICIONISTAS, MAS OBRIGADA A UM PAPEL TRADICIONALÍSSIMO DE NÃO CAUSAR PROBLEMAS PARA SEU PAI, O MONARCA QUE TINHA MEDO DE ROMPER COM SEU TEMPO ESCRAVISTA

Por mais de uma década, Isabel se fez de muda e desentendida com relação à política oficial. Mas não deixou de mandar mensagens no modo como vivia. Passou muito tempo na França republicana, justamente aquela que era o modelo para todos os republicanos brasileiros (o 14 de Julho era a data central de todas as festividades deles). Quando estava no Brasil, regulava a vida de sua casa pelo padrão europeu do salão – o substituto burguês da corte do Antigo Regime (e da modesta toada do recém-incendiado Palácio de São Cristóvão, onde viveram seus ancestrais e vivia seu pai).

Um dos poucos frequentadores com trânsito livre nos salões da princesa era um amigo de infância, André Rebouças. Além de filho do primeiro deputado negro eleito no Brasil (Antônio Rebouças, eleito em 1829, 42 anos antes do primeiro negro norte-americano a pisar no Parlamento de seu país), era um engenheiro e empresário bem-sucedido. Tão bem-sucedido que não podia deixar de notar a falta de futuro da economia escravista, ao ponto de se tornar um líder abolicionista.

Ser abolicionista e de elite, na época, significava muito forçar os limites da lei para conseguir alforrias individuais. O primeiro a adotar a tática foi Luiz Gama – vendido pelo próprio pai como escravo, mas capaz de se tornar independente e estudar. Como rábula, ele mantinha, desde o fim da década de 1860, um escritório de advocacia aberto em São Paulo e aceitava qualquer causa que aparecesse. Amigo de professores abolicionistas da Faculdade de Direito (José Bonifácio, o *Moço*, senador, era um deles), obtinha deles pareceres capazes de embatucar qualquer juiz de coração duro. Jornalista, transformava cada processo em notícia – especialmente quando envolvia autoridades famosas – e, com isso, conseguiu repercussão. Quando morreu, em 1882, 10% da população de São Paulo foram a seu enterro, o que mostra a força social de sua tática legalista.

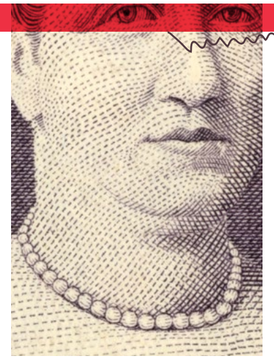
Com o governo central totalmente paralisado para tratar institucionalmente do assunto, a sociedade tomou a causa em suas mãos. Por todo o Brasil, surgiu um ativismo peculiar. Abolicionistas abastados (o exemplo de Mauá se multiplicou) começaram a organizar festas para arrecadar dinheiro e pagar alforrias – ao fim de cada uma, havia provas vivas do efeito social do gasto.

GESTO SIMBÓLICO

A Princesa Isabel transformou seu aniversário de 39 anos, em 1885, numa festa dessa espécie. Com ajuda e organização do amigo André Rebouças, o dinheiro recolhido foi aplicado na compra de alforrias.

Para entendedores de símbolos, estava tudo muito claro: Isabel não era "das nossas".

Um mês depois desse gesto de forte simbolismo, a política brasileira mudou na direção contrária. João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, resolveu empenhar toda a ação do governo brasileiro na direção da proteção da escravidão. Colocou a polícia e o exército para perseguir escravos fugidos; bloqueou todas as tentativas legais de mudança; fez questão absoluta de confundir "ordem" com "escravidão" e "anarquia" com "abolição".



Na tentativa, levantou-se o valor fundamental para a alma conservadora. Abolir a escravidão não era apenas uma questão de liberdade de trabalho. Significava também rasgar um título de propriedade juridicamente perfeito, esquecer um direito reconhecido na lei, nos contratos de direito e no costume.

Não se tratava apenas de questões institucionais. O título de propriedade sobre um escravo era ativo financeiro, a principal garantia para empréstimos bancários de seus proprietários. E era assim porque os bancos podiam acionar o cliente em caso de atraso e ficar com a "mercadoria" que garantia o empréstimo.

Essa espécie de título de propriedade, por sua vez, precisava ser sancionada por toda a legislação do País. Mais ainda, todos os agentes legais tinham de se submeter ao trabalho de garantir essa santificada propriedade, ainda que rangendo os dentes, como os soldados do exército obrigados ao trabalho de capitães do mato pelo chefe do gabinete de ministros.

Sim, Isabel estava do outro lado. O lado dos abolicionistas. O lado da economia que, há muito, dispensava os escravos. Mas obrigada a um papel tradicionalíssimo de princesa, portanto a última que iria causar algum problema para seu pai, o monarca que tinha muito medo de romper com seu tempo escravista.

DESFECHO

Foi preciso que ele se ausentasse por doença para que a princesa afastasse Cotegipe e colocasse um substituto, que fez passar em uma semana a Lei Áurea, para que a popularidade de Isabel subisse espetacularmente no Brasil.

Mas logo o pai voltou, e o passo seguinte não foi dado. Abolida a escravidão, era preciso abolir toda a legislação que a garantia, impedindo a expansão da economia capitalista de rápida acumulação para proteger o ciclo lento da produção escravista.

O ponto central da diferença estava em simplesmente prover moeda nas quantidades exponencialmente maiores de uso dadas pelo trabalho assalariado. Os que mais sofreram com a diferença foram exatamente os maiores proprietários escravistas: tinham propriedades produtivas imensas, muito café plantado e quase nenhum dinheiro para pagar salários, agora que os títulos de propriedade sobre escravos haviam sido rasgados.

Assim, o Império perdeu um ano crucial, sufocando economicamente a antiga base conservadora escravista. Apenas em junho de 1889, a Princesa Isabel pôde indicar um ministro que pensava como ela, o Visconde de Ouro Preto. Quando foi se apresentar ao Parlamento – onde não havia nenhum republicano –, ouviu-se um grito: "Viva a República". Foi dado pelo padre João Manuel, conservador convicto.

Era tarde demais para a princesa abolicionista. E para o pai conservador, que se aferrara a valores de um tempo que se acabava. Assim, morreram os conservadores em tempos de mudança. E ficou o exemplo de Isabel como enigma para pensar na solução do dilema – até hoje não sei onde foi que o padre mudou de ideia e ajudou a impedir seu reinado.

&

DESAFIOS ECONÔMICOS PARA O NOVO PRESIDENTE

Apesar dos importantes progressos observados na área econômica no governo Temer (teto de gastos, Reforma Trabalhista, terceirização, reestruturação da Petrobras etc.), a situação da economia nacional ainda é grave e exigirá do governo eleito um conjunto amplo de medidas para recolocar o País "nos trilhos". Considerando os desafios, é importante avaliar quais devem ser as prioridades da nova equipe econômica.

Inicialmente, vale destacar que os planos apresentados pelos candidatos na área econômica foram muito superficiais e pareciam cartas de intenções. Isso pode ser explicado porque as medidas de correção são impopulares e poderiam impactar desfavoravelmente a votação. Além disso, dois terços do eleitorado têm renda de até três salários mínimos, criando amplo espaço para defesa de ideias populistas.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o principal assessor econômico do presidente eleito é reconhecido por sua postura fortemente liberal, não somente o presidente – enquanto deputado federal – tomou posições contrárias aos ideais liberais em votações no Congresso Nacional. Parlamentares eleitos pelo seu partido têm procurado defender interesses corporativistas, posicionando-se de forma contrária até mesmo à Reforma da Previdência.

Embora o mercado tenha reagido bem à eleição de Jair Bolsonaro, permanece alguma incerteza sobre os rumos da economia. Nesse sentido, é fundamental uma sinalização clara da política econômica a ser adotada e quais as reformas que se pretende encaminhar ao Congresso. Tudo de forma aprofundada e detalhada.

Alem de garantir a manutenção do limite de expansão dos gastos públicos (já confirmada pelo futuro ministro da Economia), três questões parecem essenciais para gerar efeitos de curto prazo para empresários e consumidores. Não se pode minimizar a importância das expectativas sobre a decisão dos agentes econômicos. O governo deve aproveitar o início do mandato, quando normalmente os apoios do Congresso e da população são maiores, e avançar em três propostas: reformas da Previdência e Tributária e independência do Banco Central (BC).

Vale observar que a situação fiscal do País é grave, com déficit primário perto de 2% do PIB e dívida pública em trajetória crescente, perto de 80% do PIB e com tendência de alta. Considerando que a principal causa de expansão dos gastos, e, portanto, do déficit, é a Previdência, não há como prorrogar sua reforma.

A sociedade clama, há anos, pela Reforma Tributária, e o momento parece oportuno para avançar, observando-se dois aspectos: A. não se pode esperar que ela implique redução de carga tributária, porque a situação fiscal nacional não permite; B. é possível avançar no curto prazo (com agregação de impostos, por exemplo), mas uma reforma mais profunda certamente encontraria resistência no Congresso e levaria mais tempo.

Por fim, a independência do BC – que muitos não consideram urgente –, porque o banco pode operar de forma autônoma, como ocorreu no governo Temer. Isso é verdade, mas, por outro lado, cabe observar que a independência de direito do BC seria importante sinalizador para os agentes econômicos, principalmente em termos de garantia da estabilidade presente e futura.

ANTONIO LANZANA
é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral

&

DEZ ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL

FECOMERCIOSP

COM A QUALICORP VOCÊ PO:DE

OS MELHORES HOSPITAIS E LABORATÓRIOS[2]

LIVRE ESCOLHA COM REEMBOLSO[2]

SEGURO VIAGEM[2]

CARÊNCIAS REDUZIDAS[2]

Empregador do Comércio: graças à parceria da Qualicorp com a **FECOMERCIO-SP** e mais de 500 entidades de classe, você pode escolher um plano de saúde ideal para as suas necessidades.

Planos de saúde a partir de

R$ 252[1]

SulAmérica Saúde | amil | amil one | Bradesco Saúde

CONFIRA AS VANTAGENS E ESCOLHA SEU PLANO AGORA.

0800 799 3003

qualicorp.com.br/anuncio

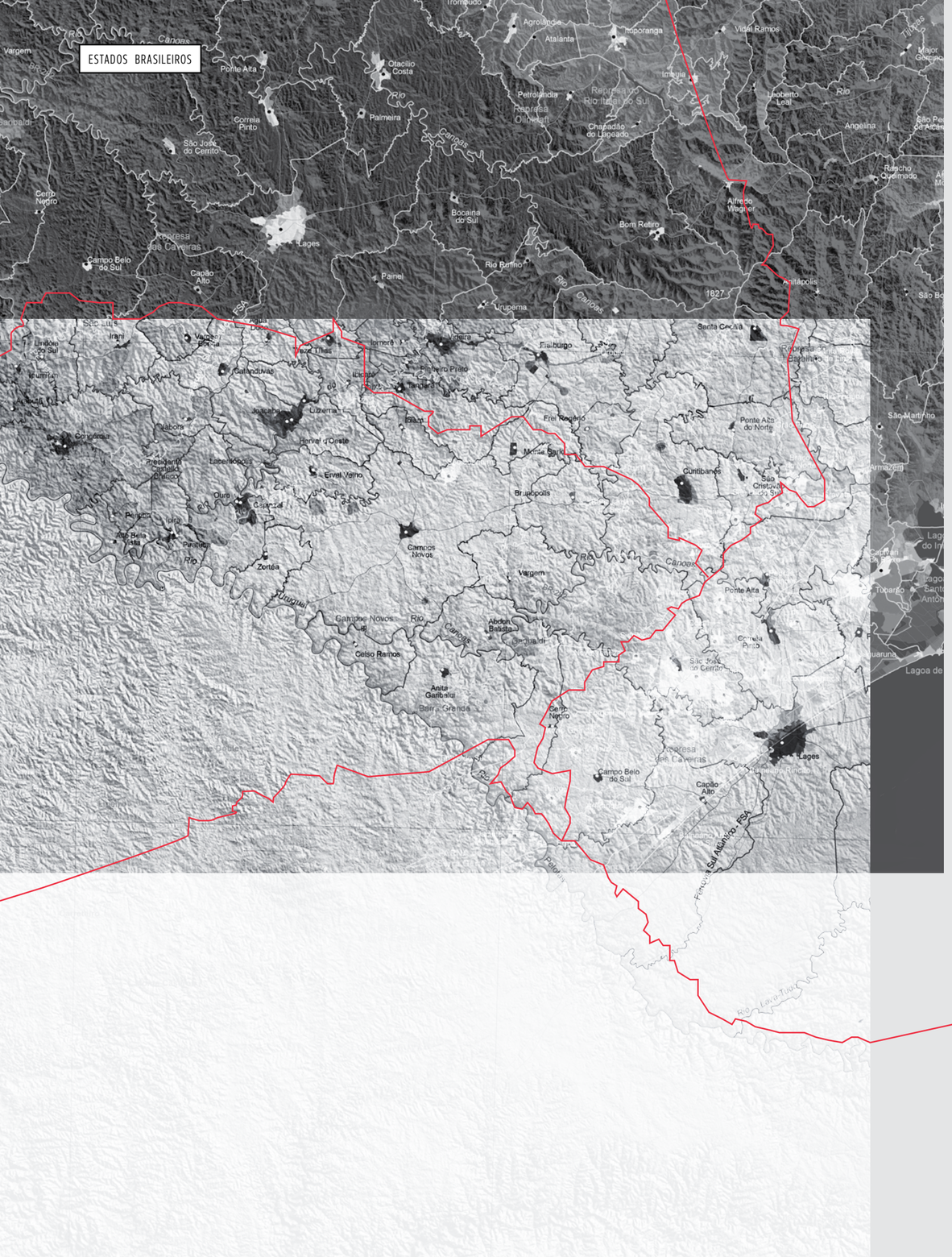
Qualicorp
Sempre do seu lado.

SulAmérica: ANS nº 006246 | Amil: ANS nº 326305 | Bradesco Saúde: ANS nº 005711

Qualicorp Adm. de Benefícios: ANS nº 417173

[1]R$ 251,04 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2018 - SP). [2]A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde, bem como a disponibilidade para cada entidade de classe. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Novembro/2018.

Siga a Qualicorp:



Mapa: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

SANTA CATARINA

DIVERSIDADE ALICERÇA O CRESCIMENTO

Sexta maior economia do País, Santa Catarina dispõe de um setor produtivo dinâmico, cuja expansão ao longo dos últimos anos se baseia na diversidade regional. No norte, há um forte polo industrial mecânico. Agricultura e pecuária são consolidadas no oeste, e a produção de cerâmica cresce no sul, ao mesmo tempo que se desenvolve um centro de tecnologia na Grande Florianópolis. Mas, para continuar subindo posições, o Estado deve enfrentar problemas de logística, infraestrutura e saneamento.

texto FABÍOLA PEREZ

Diversificar os investimentos tem sido a fórmula responsável pelo bom desempenho da economia catarinense nos últimos anos. Atualmente, o Estado está entre os seis mais fortes do País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santa Catarina alcançou em 2015 – ano de recessão econômica – a sexta posição na economia nacional. Desde o início da série histórica, em 2002, ganhou 0,5% de participação no produto interno bruto (PIB). É o maior avanço nacional.

"Há um esforço do Estado em divulgar a qualidade de educação, o potencial empreendedor, os incentivos fiscais para empresas e um ambiente logístico que tem favorecido o interesse de investidores", afirma o presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon/SC), Alexandre Flores.

Conhecida pelas semelhanças culturais e climáticas com territórios europeus, Santa Catarina se desenvolveu com base em uma ampla gama de atividades econômicas sustentadas por diversos polos regionais. Trata-se do único Estado brasileiro cuja capital, Florianópolis, não é cidade mais populosa, tampouco com maior destaque na economia. O município de Joinville, na região norte, é que ocupa esse posto.

A diversidade foi a chave para enfrentar a crise que abalou o País. A economia local encerrou 2017 com crescimento estimado em 3,9%, porcentual bastante superior à variação de 1% do PIB nacional. "Ao contrário da maior parte dos Estados, Santa Catarina tem indústrias distribuídas por todo o território. Não temos uma economia centralizada", diz o vice-presidente do Corecon/SC e especialista em mercado financeiro, Rafael Costa.

De acordo com o boletim *Indicadores econômico-fiscais do Estado*, divulgado em agosto de 2018, houve intensificação no ritmo da atividade produtiva. Os serviços cresceram 6,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. No comércio, a expansão foi de 10%. A agropecuária sofreu retração de 1,7%, e a indústria cresceu 3%. Segundo o documento, a indústria se recupera, pois exibe o quinto maior crescimento do País e o melhor desempenho da Região Sul.

Apesar da boa performance dos últimos anos, a participação de Santa Catarina no PIB nacional oscila entre 4% e 5%. De acordo com o professor de Economia Regional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lauro Mattei, três fatores explicam esse índice: os diversos complexos produtivos, a integração das cadeias na economia nacional e a participação no comércio internacional de forma mais expressiva.

POLOS ECONÔMICOS

"Em cada uma das seis mesorregiões prevalece uma cadeia determinante", explica Mattei, sobre o dinamismo do Estado. "O oeste é marcado pelas grandes agroindústrias de suínos, aves, fumo e leite. No Planalto Serrano, temos a indústria de papel e celulose. Já no Vale do Itajaí, predominam os setores têxtil e de vestuário. No sul, o polo cerâmico, que se reestruturou da crise do setor carvoeiro, e no litoral norte há a indústria catarinense de ponta, representada pelos complexos metal-mecânico e eletrônico."

"Na Grande Florianópolis estão os setores de comércio e serviços, com destaque para turismo e administração pública, construção civil e polos tecnológicos." Na avaliação do especialista, quanto mais bem articulados esses núcleos produtivos estiverem às economias nacional e internacional, mais reações competitivas terão.

Ao norte está um dos principais motores de crescimento do Estado. Formada por 42 municípios, a região é a maior e com participação regional no PIB de 45,5%. Ali, o destaque é Joinville, com 569.645 mil habitantes, segundo o IBGE. De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030, coordenado pelo economista da UFSC Silvio Cário, a estrutura produtiva da área tem forte base nas indústrias de transformação, com predominância dos complexos eletro-metal-mecânico e têxtil-vestuarista, de plásticos e de alimentos, que contribuem com quase 30% para o PIB e o emprego formalizado.

De acordo com o estudo, além do parque industrial, a região desenvolve em sua orla marítima atividade turística expressiva e conta com importante estrutura portuária. Cário aponta, contudo, obstáculos ao crescimento: deficiências na oferta de infraestrutura de transporte e de abastecimento de energia e na relação entre universidades, governo e empresas para o desenvolvimento tecnológico. Outro desafio é que 25% das pessoas que vivem nesses municípios estão em situação de pobreza.

Formada por 47 municípios, a região sul concentra a pesca e o turismo. As indústrias de transformação e o comércio e reparação de veículos são responsáveis por mais da metade do emprego. Em relação aos obstáculos ao crescimento, o estudo mapeia a necessidade de construção de acessos à BR-101, o elevado custo da energia elétrica e a falta de integração das rodovias com as ferrovias. Segundo o documento, a região também tem sido profundamente marcada pelos impactos ambientais gerados pela exploração do carvão mineral.

O Planalto Serrano apresenta uma das maiores debilidades nas áreas econômica e social. Com 18 municípios, tem mais da metade da população vivendo na cidade de Lages. A baixa ocupação nas demais áreas cria vazios demográficos. As principais atividades são a produção de madeira e celulose, produtos têxteis e vestuário.

Joinville, na região norte, é a cidade mais populosa de Santa Catarina

Além dos gargalos nas áreas de educação, saúde e segurança, foram mapeadas deficiências de infraestrutura na ligação leste-oeste, graças à ausência de terceira faixa na BR-282. Também há problemas na qualidade da energia elétrica e na extensão das redes de saneamento básico.

Com 76 municípios, todos com tradição em agricultura e pecuária, a região oeste tem na cidade de Chapecó um dos destaques. Na indústria, o ramo alimentício se sobressai. O relatório aponta que o principal obstáculo ao crescimento da área é a falta de inovação e ausência de novos setores produtivos. O documento aponta que a infraestrutura é essencial para impulsionar a base econômica tradicional, que vem perdendo competitividade para o Centro-Oeste do País.

O Vale do Itajaí concentra a menor taxa demográfica. Os 31 municípios vivem da indústria de transformação, comércio e administração pública e driblam problemas como insuficiência da malha rodoviária, baixos níveis de qualificação profissional e ausência de medidas de conservação ambiental.

Com 13 municípios, a Grande Florianópolis já supera a marca de 1 milhão de habitantes, com 477.798 moradores apenas na capital. Dados do emprego formal revelam que a produção está fortemente ligada à administração pública e aos serviços.

SETORES QUE DESPONTAM

Em termos de polo de tecnologia no País, Florianópolis fica atrás apenas de São Paulo. Juntas, as empresas do setor faturam no município R$ 6 bilhões ao ano, segundo a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate). "O polo de software tem se desenvolvido muito na capital e terá função cada vez mais relevante na atração de mão de obra e desenvolvimento do emprego", afirma Silva, do Corecon/SC.

São cerca de mil empresas que tornam o setor robusto, atraem outras companhias e se beneficiam dos impactos positivos trazidos pela crise econômica, já que produzem ferramentas digitais para reduzir custos e aumentar a eficiência corporativa. Para ajudar companhias que buscavam estratégias para se internacionalizar, ou seja, expandir operações comerciais com segurança, a Acate criou um plano de internacionalização. "Desde a década de 1990, a importância das empresas de softwares cresceu, houve forte incentivo às incubadoras e uma nova economia se estabeleceu", afirma Silva.

Outro setor que experimenta o processo de expansão é o industrial. O polo metal-mecânico de Joinville é considerado o motor da indústria catarinense. "Há décadas vem se constituindo de forma articulada à industrialização nacional, seja como fornecedor de peças, seja como fabricante de produtos – como a indústria de carrocerias de ônibus", explica Mattei. "Importantes multinacionais se instalaram na região", afirma Silva. Segundo o economista, cidades como Joinville e Jaraguá do Sul têm uma relação histórica com a influência dos imigrantes alemães, que atuavam na confecção de eletrodomésticos e motores elétricos. "O processo de industrialização foi impulsionado pela colonização e pelo desenvolvimento da própria indústria brasileira."

Apesar disso, a balança comercial catarinense ainda se mantém assentada em produtos agroindustriais, especialmente em carne de frangos, suínos e, em menor volume, em itens de base industrial. Ainda assim, os dados são positivos. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de janeiro a julho de 2018, Santa Catarina exportou US$ 5,08 bilhões. A cifra mantém o Estado como o oitavo maior exportador do País, correspondendo a 3,73% do total. Em comparação ao mesmo período de 2017, as vendas cresceram 3,32%.

As importações catarinenses apresentaram alta de 22,9% em julho deste ano face ao mesmo mês de 2017, gerando déficit na balança comercial. Segundo especialistas, as importações são de componentes de produção, o que indica que os empresários catarinenses buscam melhorar a produtividade com maquinários nacional e internacional.

CRISE E GARGALOS

Santa Catarina ainda tem gargalos profundos que impedem que o Estado melhore sua posição no ranking nacional. No fim do ano passado, o governo estadual anunciou medidas para enfrentar a crise, como a decisão de não aumentar impostos, o adiamento da implementação de pedágios, a renegociação da dívida estadual e a reforma do sistema de previdência estadual.

Mattei afirma que prevalece certo ufanismo em relação à situação fiscal do Estado. Segundo o professor de Economia, em 2018, o déficit público deve chegar a R$ 2 bilhões e decorre das desonerações fiscais mantidas há anos e que, entretanto, não se reverteram em benefícios para a economia e a sociedade como um todo.

O principal gargalo do Estado é o mesmo que prejudica quase todos os demais. De acordo com um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), há a necessidade de R$ 2,85 bilhões em investimentos apenas em rodovias. "Precisamos de ferrovias e de manutenção nas estradas. Caso contrário, o frete fica muito alto para as empresas, e os produtos se acumulam na chegada dos portos, dificultando o escoamento da produção", diz Flores.

Segundo o levantamento "Custos Logísticos na Indústria Catarinense", realizado pela Fiesc em parceria com a UFSC em 2017, o custo logístico das empresas catarinenses é de R$ 0,14 por real faturado, somando 14% sobre o faturamento. Na sondagem "Custos Logísticos no Brasil 2017", da Fundação Dom Cabral, a despesa média nacional com o segmento é 12,37%. Em países concorrentes, segundo estimativa da Fiesc, esse custo fica em R$ 0,09, atingindo 9% do faturamento.

A segunda edição do Índice de Condição da Manutenção (ICM), divulgada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em outubro deste ano, sobre as rodovias federais (exceto as sob concessão) de Santa Catarina, revelou que somente 43% são consideradas boas. Na pesquisa de 2017, esse índice era 64%. Em situação ruim ou péssima, há 30%.

O grande desafio dessa degradação é o impacto no volume de produtos descarregados nos portos locais. Com mais de 500 quilômetros de litoral, o Estado recebeu investimentos bilionários na modalidade e há locais de destaque, como os tradicionais portos públicos de Itajaí e São Francisco do Sul. Desde 2000, a iniciativa privada também vem investindo, privilegiando os grandes terminais especializados na movimentação de contêineres, como Portonave e Itapoá.

Dados da Superintendência do Porto de Itajaí mostram que o empreendimento aumentou em 86% sua movimentação de cargas, e as embarcações atracadas cresceram em 90% entre agosto de 2017 e 2018, passando de 20 para 38 navios em operações. "Mesmo com o crescimento dos portos na última década, ainda é muito caro se chegar até eles", diz Silva, do Corecon/SC. "Dessa forma, o desenvolvimento dos portos está intimamente relacionado à melhora das rodovias", afirma. Para se ter uma ideia, o terminal do Portonave recebe, diariamente, 1,6 mil caminhões e, em pouco tempo, deve chegar a 2,1 mil. Por isso, qualquer obstrução nas rodovias de acesso se torna sério problema logístico.

Além das questões logísticas, há gargalos sociais e econômicos. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Santa Catarina 2030, um dos problemas é o crescimento desigual das regiões. O desenvolvimento acelerado do litoral, por exemplo, afeta as estruturas econômicas das demais regiões.

Na área de saneamento, ainda é baixa a taxa de cobertura de tratamento de esgoto. O Ranking do Saneamento Básico 2018, do Instituto Trata Brasil, que analisa a capilarização de água potável e do tratamento de esgoto nas cem maiores cidades do País, incluiu apenas três cidades catarinenses: Florianópolis, Joinville e Blumenau. As duas primeiras apresentaram piora em relação ao levantamento de 2017. Florianópolis, que caiu do 49º para o 58º lugar, tem 60% do tratamento total de esgoto. Joinville saiu da 73ª posição para o 81º, com 30% de atendimento de esgoto. Blumenau foi a única cidade catarinense a melhorar o desempenho, indo da 65ª colocação para a 60ª. Apesar do avanço, o tratamento total de esgoto alcança somente 38,5%.

Para Mattei, da UFSC, a economia catarinense demanda três medidas essenciais: "Conter a expansão da dívida pública, recuperar a capacidade de investimento produtivo e reduzir as expansões da pobreza e da exclusão social em todas as microrregiões".

&

Santa Catarina: além do parque industrial, Estado conta com atividade turística expressiva e importante estrutura portuária

"O POLO DE SOFTWARE TEM SE DESENVOLVIDO MUITO NA CAPITAL E TERÁ FUNÇÃO CADA VEZ MAIS RELEVANTE NA ATRAÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO."

RAFAEL COSTA DA SILVA,
vice-presidente do Corecon/SC e especialista no mercado financeiro

“MODELOS SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL DERRETERAM.”

entrevista DANIEL BUARQUE

A crise pela qual o Brasil vem passando nos últimos anos é mais problemática do que em outros países, porque ficamos “parados no tempo”. Essa é uma das constatações do cientista político Alfredo Valladão, para quem o País vive um “derretimento” do modelo socioeconômico que vigorou por pelo menos dois séculos, e, agora, não está claro qual ordem nacional será criada. Segundo ele, ao redor do mundo, as pessoas se sentem abandonadas pelas transformações e pela globalização e, por isso, estão apelando para opções populistas e autoritárias. Radicado em Paris há mais de 40 anos, onde é professor da Sciences Po, Valladão também é autor de livros publicados em francês e em inglês, como *Le Triangle Atlantique* e *The Twenty-First Century Will be American*.

De 2014 até agora, o Brasil parece viver crises intermináveis na política, na economia e na sociedade. Como chegamos a isso?

Os modelos social e econômico brasileiros, as culturas social e econômica brasileiras, derreteram. Somos um país extremamente desigual, uma sociedade baseada no clientelismo e no rentismo, com uma economia que depende da mera exploração de recursos naturais. Nunca desenvolvemos uma indústria competitiva e sustentável, ou atividades nas quais fosse necessário poupar, investir, esperar para lucrar e investir novamente. Em outros termos, tomar riscos – elemento fundamental das economias modernas. O Brasil foi ficando para trás. Consolidou-se um grupo dominante – de esquerda e de direita – que conseguiu tirar vantagem dessa situação, enquanto o resto da população era excluída. Tornou-se impossível manter essa estrutura social, simplesmente porque agora vivemos num mundo interdependente. Esse arcaísmo clientelista só se segurava enquanto podia contar com os recursos oriundos principalmente das matérias-primas. Só que o mundo mudou, e a festa acabou. Os tradicionais “donos do poder” – progressistas ou reacionários – não têm mais condições de controlar a sociedade. Chegamos a um ponto em que nosso modelo social histórico não é mais sustentável. E, por enquanto, ninguém sabe como inventar outra coisa.

Qual é a responsabilidade da geração de intelectuais, políticos, empresários e sindicalistas que dirigiram o Brasil no último meio século?

Essa questão geracional é fundamental. Nos anos de 1960, a minha geração foi a primeira que teve mais acesso à universidade. Os jovens que tinham capital seguiram boas carreiras e, quando chegavam aos 50 anos de idade, possuíam um patrimônio de classe média. Quem não tinha capital teve que batalhar numa sociedade com pouca mobilidade social. A única opção era entrar para a oposição, fazer política, tentar subir na função pública ou na academia. Essa leva chegou ao poder com Lula, em 2002. Com a chegada ao poder, não houve dúvida: “Agora é a nossa vez”. Para melhorar o padrão de vida, muitos acabaram mergulhando na corrupção. Já tínhamos um velho grupo dirigente em que havia muita corrupção. O novo agrupamento que tomou conta do Estado a partir de 2002 “estatizou” e “nacionalizou” a corrupção.

Neste sentido, pode-se pensar que o “derretimento” do modelo socioeconômico que mencionou pode ser bom para o País se modernizar?

Vai ser bom se o Brasil conseguir encontrar uma alternativa. No mundo globalizado, o País não tem mais recursos para continuar distribuindo renda e vantagens de maneira tão desigual. Algumas das consequências da desigualdade são a violência, o tráfico de drogas, os assassinatos.

Há riscos de retrocedermos em termos de qualidade da democracia?

Ninguém sabe. Sou brasileiro e, portanto, otimista. Mas é difícil. O lado bom é que se abre a possibilidade para que sangue novo tente inventar outros modelos. A juventude atual tem na mão a possibilidade de tentar solucionar o problema. Precisamos de nomes novos, ideias novas, para que, nos próximos anos, o Brasil possa enveredar por um modelo com mais justiça social e um sistema econômico moderno e competitivo. Sem uma economia eficiente, não há justiça social. Todos esses dilemas precisam ser enfrentados por uma outra geração.

Essa questão geracional também aparece no Judiciário com um nova geração se colocando de forma mais ativa contra a corrupção, certo?!

Concordo que exista uma nova geração de procuradores e juízes tentando fazer um trabalho decente, por mais que seja evidente que haja alguns exageros e que não dê para resolver todos os problemas aplicando uma justiça rigorosa de uma hora para outra, ou de forma politizada. O problema é que isso só está acontecendo em partes da primeira e segunda instâncias. Basta subir um pouco mais e a coisa se complica. O STF está abertamente dividido. Cria-se uma politização da Justiça em âmbito superior, e isso é muito perigoso. Essa situação pode abrir caminho para soluções autoritárias. Só que o autoritarismo não é uma solução. Pode até ser pior, criando uma nova casta que vai se manter “mamando nas tetas” do Estado.

Há alguma relação entre a crise estrutural do Brasil e de outros países, dada as eleições de Donald Trump e do Brexit?

Sim, isso acontece no mundo inteiro. O caso brasileiro é mais grave, porque ficamos parados no tempo. Mas na Europa e nos Estados Unidos também há profundas mudanças. Dentro de cada território nacional, polos de desenvolvimento, ricos e modernos, crescem ao lado de polos deixados ao léu, pobres e sem futuro. Os polos mais ricos já começaram a se conectar entre si por cima das fronteiras. Por outro lado, as pessoas que se sentem abandonadas por essas transformações produzidas pela globalização estão apelando para opções populistas e autoritárias. Já estamos assistindo a esse filme na Venezuela, na Nicarágua, na Polônia, na Hungria, na Turquia – e, até certo ponto, nos Estados Unidos –, sem falar na China e na Rússia, com regimes cada vez mais totalitários. A Justiça, no âmbito nacional, não pode ser um simples mecanismo a serviço do Executivo. O resultado é quase sempre preocupante: caos, guerra e enfrentamentos econômicos.

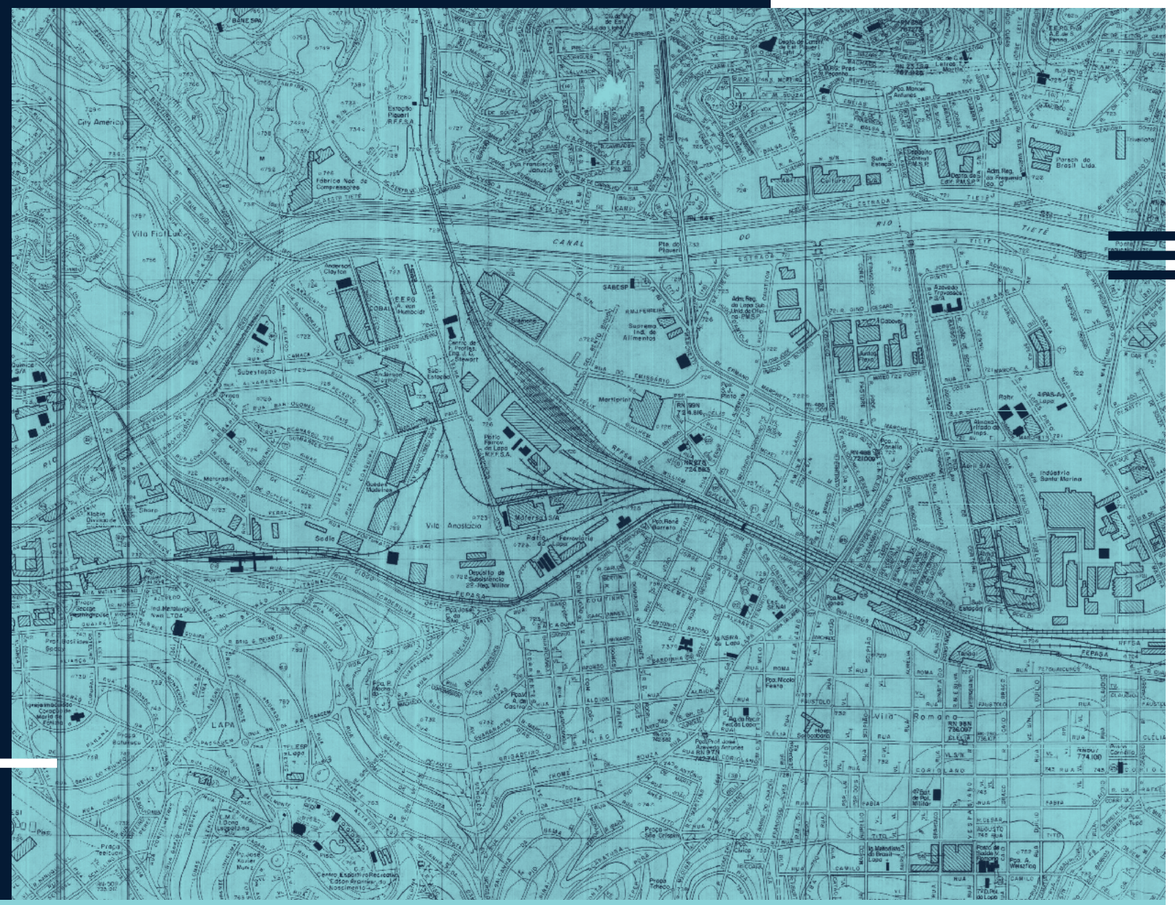
O que o cidadão pode fazer numa situação dessas?

Acho importante evitar a possibilidade do autoritarismo, mas também não estou de acordo com a manutenção do status quo. A democracia representativa precisa ser repensada para lidar com essas transformações na capacidade de controle do governo sobre a economia, a sociedade e a cultura. As pessoas que defendem as liberdades individuais e a justiça social estão tendo novas possibilidades para se mobilizar, não de maneira ideológica, mas para resolver problemas – desde coisas pequenas, de bairro, ou cidade, até questões maiores, como leis nacionais. A ideia é romper com o simplismo da divisão esquerda/direita e colocar o foco em cada solução concreta que pode ser implementada graças à cooperação entre grupos de pessoas.

&

UM BRASIL SUSTENTÁVEL

VISÕES, DESAFIOS E DIREÇÕES



UM BRASIL | RAPS | UNIFESP

UMA SÉRIE AUDIOVISUAL QUE TRATA DE FORMA PRÁTICA A RELAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA COM TEMAS ESSENCIAIS:

MUDANÇAS CLIMÁTICAS | SANEAMENTO BÁSICO

REFORMA POLÍTICA | PLANEJAMENTO DE CIDADES

UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ENSINOS BÁSICO E SUPERIOR

INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À DESIGUALDADE

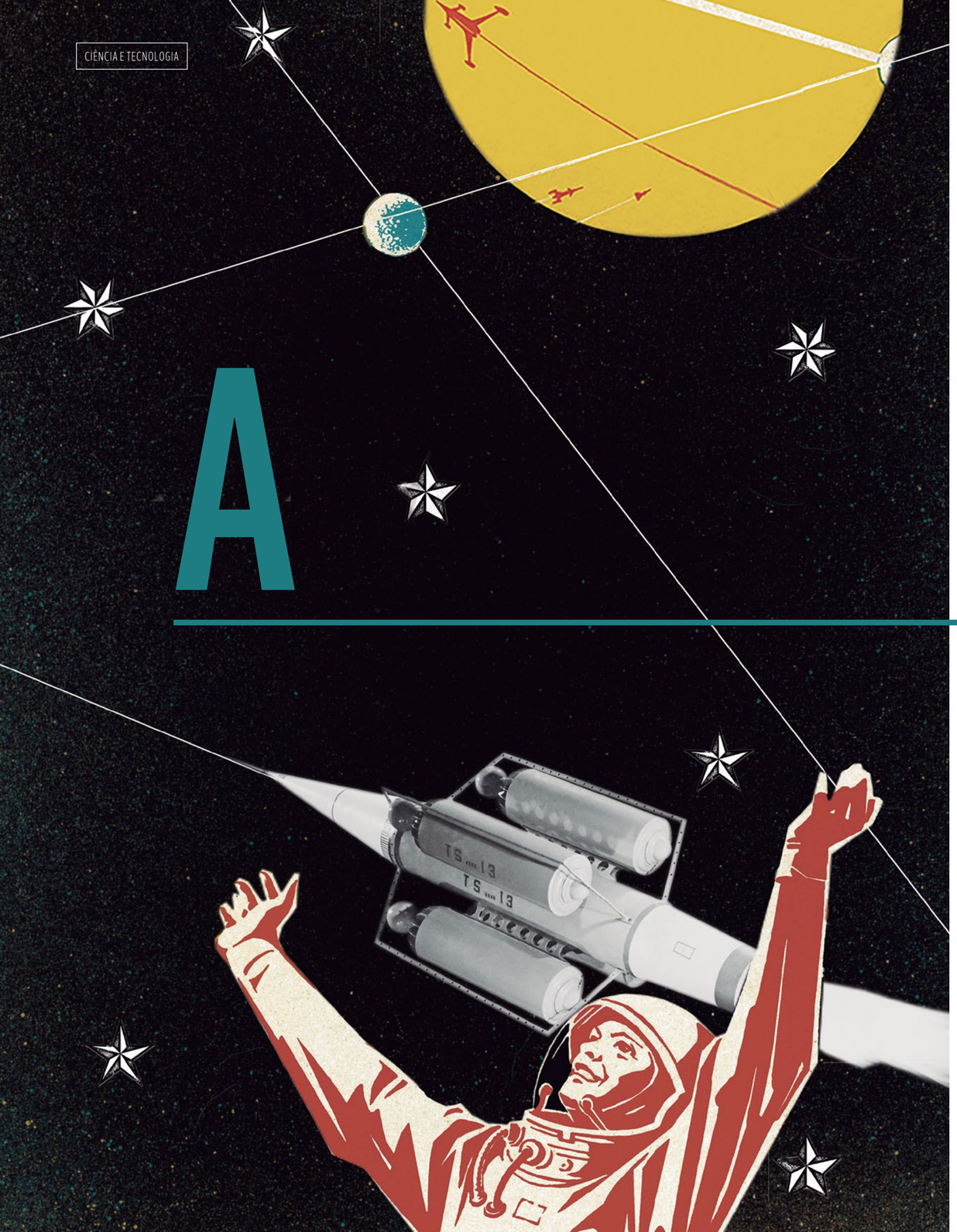
RESPEITO À PLURALIDADE | REFORMA FISCAL

COMBATE ÀS CULTURAS DA CORRUPÇÃO E DA PROPINA

Produzido pelo canal **UM BRASIL**, pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o conteúdo é fruto dos debates realizados no curso de extensão universitária **UM BRASIL SUSTENTÁVEL: VISÕES, DESAFIOS E DIREÇÕES.**

Não perca! Acesse **umbrasil.com** e assista.

@CanalUMBRASIL



BUSCA DE UM ESPAÇO NO ESPAÇO

texto EVANILDO DA SILVEIRA

Aos 38 anos de idade, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) está passando por reformulações – mais uma das várias às quais se submeteu ao longo de sua existência. Em fevereiro de 2018, foi criado, por meio do Decreto n.º 9.279, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), com o objetivo "de fixar, por meio de resoluções, diretrizes e metas para a potencialização dele e supervisionar a execução das medidas propostas para essa finalidade". Há quem tema que as mudanças darão em nada.

As atividades na área no Brasil começaram em 1961, já com a marca da burocracia, quando o então presidente, Jânio Quadros, impressionado pelo lançamento do primeiro satélite construído pelo homem, o soviético Sputnik, em 1957, determinou a criação de um grupo de trabalho para instituir uma comissão para tratar das pesquisas e atividades espaciais no País. Foi só 19 anos depois, no entanto, em 1980, que surgiu um programa estruturado com a criação da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB).

O objetivo era grandioso: lançar satélites brasileiros, com foguetes de construção nacional, de uma base localizada no Brasil. Para a especialista da área Ludmila Deute Ribeiro, já na época, a MECB era muito ambiciosa, porque buscava autonomia total. Hoje, isso não faz mais sentido. "Atualmente, os países se consorciam para desenvolver projetos grandes", diz ela, que trabalhou por mais de uma década na Agência Espacial Brasileira (AEB) e no Ministério das Comunicações, no qual participou do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, lançado em 4 de maio de 2017 do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. De acordo com Ludmila, atualmente, há cadeias globais de produção de sistemas espaciais com participação de empresas privadas. "Muitos países investem em satélites, mas não em lançadores, tampouco em centros de lançamento", explica. "Autonomia total, como buscava o Brasil com a MECB, talvez tenha deixado de ser um objetivo realista."

METAS (QUASE) ALCANÇADAS

Seja como for, o Brasil alcançou pelo menos dois dos três objetivos da MECB. O primeiro são os centros de lançamento. O País tem dois: o de Alcântara (CLA), no Maranhão, que permite lançamentos com custos mais baixos em razão da proximidade com a linha do Equador; e o da Barreira do Inferno (CLBI), em Natal. O segundo foi o avanço na construção de satélites. Já em 1993, o País havia construído sozinho o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1), colocado no espaço pelo foguete americano Pegasus em 9 de fevereiro daquele ano. Cinco anos depois, foi lançado o SCD-2. Os dois ainda estão em operação.

Em parceria com a China, iniciada em 1988, foram construídos cinco satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS, na sigla em inglês de "China-Brazil Earth Resources Satellite"), lançados pelo país asiático. O CBERS-1 foi ao espaço em outubro de 1999 e permaneceu em operação até agosto de 2003. O CBERS-2 entrou em funcionamento em outubro de 2003 e deixou de ser útil em janeiro de 2009; e o CBERS-2B entrou em órbita em setembro de 2007 e ficou em atividade até maio de 2010.

O quarto da série, o CBERS-3, foi lançado em 9 de dezembro de 2013, mas não chegou a entrar em órbita por causa de uma falha no foguete chinês, Longa Marcha 4B, que o levaria ao espaço. Em 7 de dezembro de 2014, foi lançado o CBERS-4, o único da série ainda em funcionamento. "Para evitar ou minimizar a interrupção no fornecimento de imagens para os usuários do programa,

pois a vida útil projetada desse satélite é de três anos, o Brasil e a China assinaram, em 19 de maio de 2015, um protocolo de desenvolvimento e lançamento de mais um, o CBERS-4A", diz nota da AEB encaminhada à revista **Problemas Brasileiros**.

Há quem critique a opção pela compra de um país estrangeiro de um artefato para operar em áreas tão sensíveis. "Nos tempos de espionagem eletrônica, quem garante que os nossos segredos militares e diplomáticos estarão efetivamente protegidos quando transitarem por esse satélite?", indaga o consultor legislativo da Câmara dos Deputados para área de Segurança Pública e Defesa Nacional, Fernando Carlos Wanderley Rocha, que recentemente elaborou um documento sobre o programa espacial.

PROJETOS

Além do SGDC e do CBERS-4A, o Brasil está desenvolvendo o Amazônia-1, o primeiro satélite de observação da Terra completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil. "Com lançamento previsto para 2019/2020, ele terá órbita síncrona (polar) que irá gerar imagens do planeta a cada cinco dias", diz a AEB. "O artefato está sendo desenvolvido pelo Inpe. A missão prevê mais dois, o Amazônia-1B e o Amazônia-2."

Onde o programa espacial brasileiro empacou mesmo, no entanto, foi no desenvolvimento de um foguete lançador. O objetivo era lançar o primeiro protótipo do Veículo Lançador de Satélites 1 (VLS-1) em 1987, o que acabou não ocorrendo. O cronograma atrasou, e a primeira tentativa só ocorreu em 1997. A segunda, em 1999. Em ambas, o VLS explodiu logo após o lançamento. Estava programada uma terceira para 2003, mas, então, houve o maior acidente já registrado até hoje no PNAE. No dia 22 de agosto, enquanto era preparado para ser levado ao espaço, o VLS-1 explodiu, destruindo a torre de lançamento do CLA e matando 21 engenheiros e técnicos.

Agora, ao que parece, o Brasil abandonou de vez a intenção de desenvolver um grande foguete, optando por criar outros menores. Por meio de um discurso indireto, a AEB admite a mudança de planos. "Em virtude dos desafios tecnológicos e de recursos financeiros e humanos limitados, houve a necessidade de a Agência e o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) realinharem a estratégia de desenvolvimento de veículos lançadores de satélites, a fim de aproveitar todo o legado do Projeto VLS-1 e se adaptar ao cenário atual", diz a nota.

De acordo com a manifestação da AEB, "a nova proposta de veículos lançadores engloba, antes de tudo, o desenvolvimento de um veículo suborbital controlado, denominado "VS-50". Construído em parceria com a Agência Espacial Alemã (DLR), ele deverá ser utilizado para testar um novo motor de propulsão sólida, denominado S50. Além disso, vários subsistemas críticos serão desenvolvidos e testados no foguete. Um novo Veículo Lançador de Microsatélites (VLM), utilizando as tecnologias críticas e motores S50 testados no VS-50, encontra-se em fase de desenvolvimento, também em parceria com o DLR. O VLM tem data prevista de lançamento para 2021".

Enquanto isso, o CDPEB realizou sua primeira reunião em março de 2018, na qual foram criados nove grupos de trabalho para discutir e elaborar propostas para vários temas e áreas. De acordo com o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Magnus Osório Galvão, que também é professor do Instituto de Física (IF) da Universidade de São Paulo (USP), o que se busca com a criação do Comitê é, principalmente, reestruturar o PNAE, em particular a governança e o desenvolvimento integrado de satélites e veículos lançadores, além de consolidar a indústria aeroespacial brasileira. "A principal mudança proposta é com relação à governança", explica.

Galvão diz que ela seria baseada na criação, por meio de um projeto de lei, de dois órgãos colegiados hierárquicos. O superior seria o Conselho Nacional do Espaço (CNE), ligado à Presidência da República. "Ele teria caráter deliberativo no assessoramento do presidente na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao setor espacial", explica. "A AEB exercerá o papel de secretaria executiva do CNE. Abaixo do conselho, seria criado o Comitê Executivo do Espaço (CEE), vinculado à AEB, para coordenar a implementação da política nacional para o setor espacial e dos planos e projetos dela decorrentes."

FUTURO INCERTO

Por enquanto, ninguém sabe se essas mudanças trarão os resultados esperados e se, enfim, o programa espacial brasileiro vai deslanchar. Rocha, o consultor legislativo, é bastante descrente quanto a isso. Para ele, as mudanças propostas ainda estão no papel e dificilmente sairão dele. "Não se vê nenhuma ação concreta para que o País possa ter autonomia na construção dos seus veículos lançadores e dos seus satélites", critica. Para ele, haverá muita gente para dar ideias, mas ninguém para decidir e assumir responsabilidade, tudo virando "jogo de empurra". "É preciso ter uma 'cabeça' que entenda do assunto e tome as decisões adequadas no momento oportuno", diz.

Se o futuro do PNAE é incerto, o passado, com os problemas que enfrenta até hoje e as razões pelas quais não avançou mais, é bem conhecido. A própria AEB conhece bem. "Há um reconhecimento geral de que os investimentos são muito baixos, apesar dos apelos frequentes de toda a comunidade científica e tecnológica", afirma em nota à PB. "Eles precisariam ser mais elevados, compatíveis com as necessidades nacionais, além de serem contínuos e estáveis, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que são de longo prazo."

De acordo com a Agência, o Brasil investe na área menos do que os outros países do Brics. O País gasta cerca de U$ 150 milhões anuais, enquanto os outros aplicam cifras na casa dos bilhões de dólares, como a Rússia (U$ 5,4 bi), a China (U$ 3,4 bi) e a Índia (U$ 1,1 bi). "Associada à questão dos investimentos, há a necessidade também de uma recomposição dos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no País, o Inpe e o DCTA, que têm sofrido importantes perdas de pessoal ao longo dos últimos anos", ressalta a AEB.

Diante das carências do Brasil em outras esferas, muitas pessoas acreditam que o País não deveria gastar recursos em pesquisas nessa área. Não é bem assim. "A Índia também tem sérios problemas sociais, mas investe pesadamente em seu programa espacial", lembra Galvão. "A razão é o retorno que essa atividade traz para a sociedade, como sensoriamento remoto, telecomunicações e desenvolvimento tecnológico em vários setores. Em nosso caso específico, um exemplo contundente é o controle do desmatamento da Amazônia, que não seria possível sem a utilização de satélites."

OUTRAS FINALIDADES E AVANÇOS

Satélites e foguetes não são, no entanto, os únicos resultados concretos de um programa espacial. Por serem de ponta, essas pesquisas geram uma infinidade de tecnologias e produtos. Entre os exemplos mais conhecidos estão teflon, forno de micro-ondas e soldas e brocas especiais de dentista, produtos das atividades espaciais americanas que hoje são de uso comum. Os subprodutos são inúmeros e incluem ainda chips de circuitos integrados, atualmente utilizados em computadores, baterias solares para relógios e calculadoras. Além de materiais compostos ultraleves e revestimentos cerâmicos resistentes a altíssimas temperaturas e abrasão, empregados em aviões e nos carros modernos.

Mesmo o programa brasileiro, com todos os seus problemas, tem resultados para mostrar. Entre eles está um aço ultrarresistente empregado no trem de pouso do Boeing 747. O Brasil é o único país, além dos Estados Unidos, que fornece esse tipo de material para a empresa americana. Também são "crias" dele: química de propelentes, materiais ablativos (que se queimam para proteger uma outra estrutura) e adesivos; compósitos e tecnologia de bobinagem de fios e fitas sintéticas; e tubos de alumínio sem costura, além de processos e meios industriais de usinagem, soldagem, tratamento térmico e de conformação de chapas metálicas.

ATUALMENTE, O PAÍS GASTA CERCA DE U$ 150 MILHÕES ANUAIS EM PESQUISAS ESPACIAIS, ENQUANTO RÚSSIA E CHINA INVESTEM U$ 5,4 BI E U$ 3,4 BI, RESPECTIVAMENTE

&

TRINTA ANOS DE DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

OCTÁVIO LUIZ MOTTA FERRAZ
professor e diretor do Transnational Law Institute, do King's College, de Londres

Nos primeiros 30 anos do direito à saúde, não se mostrou nem um "tigre de papel" (isto é, uma norma puramente simbólica sem maiores consequências, "para inglês ver") nem uma panaceia contra as significativas e históricas desigualdades em saúde do País. O Brasil caminhou, sem dúvida, na direção do universalismo igualitário em saúde prometido na chamada "Constituição Cidadã", de 1988, mas ainda continua muito longe daquele ideal.

Do lado positivo, houve progressos importantes em todos os indicadores de saúde da população nessas três décadas, como na mortalidade infantil (até um ano), que caiu de 53,4 para 14 a cada mil nascidos vivos; na mortalidade de crianças de até cinco anos, que diminuiu de 64,2 para 15,1 por mil; e na expectativa de vida, que subiu mais dez anos, de 66,34 para 74,68 anos. Houve pequena piora nos últimos anos de crise econômica, mas que não chega a afetar a magnitude desses avanços.

Embora os determinantes desse progresso sejam múltiplos e complexos, incluindo as melhoras da renda e da educação, por exemplo, a criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), previsto na Constituição, teve (e continua tendo) papel relevante. Corretamente celebrado como a maior política de inclusão social já adotada no País, o SUS promoveu expansão significativa na atenção primária, ampliando a cobertura da população de 13,2 milhões para 120,2 milhões de pessoas (7,8% a 58,5%); e progresso no tratamento das condições psiquiátricas, no atendimento dentário, no aconselhamento sobre doenças sexualmente transmissíveis e nos serviços de emergência. Alcançamos cobertura universal em vacinação e cuidados pré-natais; ampliou-se a consciência pública de que a saúde é um direito do cidadão; e se investiu na expansão de recursos humanos e de tecnologia, incluindo a produção da maior parte das necessidades farmacêuticas do Brasil.

Mas todos esses avanços, embora importantes, não foram capazes ainda de alçar o Brasil ao time dos países que realmente oferecem à população acesso universal e aceitavelmente igualitário a um pacote de ações e serviços de saúde condizentes com nossa capacidade econômica de nação de renda média alta. A distância entre os diferentes segmentos socioeconômicos da população, em termos de acesso à saúde, continua abissal, pois é muito dependente da renda, e não da necessidade em saúde. Como se sabe, quem tem plano de saúde privado, aproximadamente 25% da população, tem praticamente três vezes mais recursos disponíveis que os restantes 75% que dependem primordialmente do SUS.

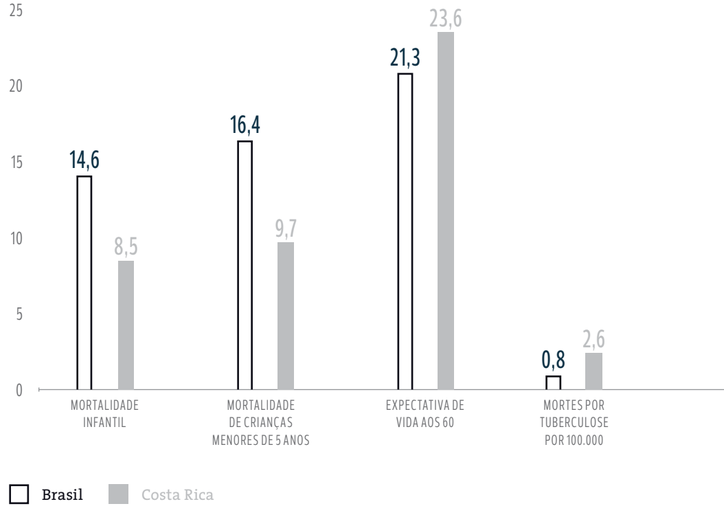
Isso se dá em virtude do baixo investimento público na área, que ronda a casa dos 4% do produto interno bruto (PIB), bem abaixo do que se vê não só em países desenvolvidos, que dão a devida prioridade à saúde pública, como França e Alemanha (ambas acima de 8%), mas também em nações com renda similar à brasileira. A comparação com a Costa Rica, que tem renda similar à do Brasil, mas investe 7% do PIB em saúde pública, é particularmente importante. Mostra o quanto o Brasil poderia estar melhor em saúde se desse a devida prioridade a esse direito [*veja gráfico ao lado*].

Essa disparidade de recursos se reflete, é claro, em desigualdades de acesso e condições desiguais de saúde na população brasileira. Enquanto a população mais pobre do Nordeste, por exemplo, tem taxas de mortalidade infantil ainda muito altas, próximas às dos países mais pobres da África (no município baiano de Lafaiete Coutinho, por exemplo, a taxa é de quase cem por mil nascidos vivos), na população mais rica do Sul e do Sudeste, as taxas já estão próximas às dos países desenvolvidos da Europa ocidental (em Blumenau, Santa Catarina, é de 11). Esse gradiente socioeconômico se repete dentro dos próprios municípios, onde a expectativa de vida dos bairros mais pobres e mais ricos chega a variar mais de 20 anos.

Apesar dos importantes avanços, portanto, o Brasil tem muito ainda a caminhar para que a saúde, reconhecida como direito há 30 anos na Constituição, torne-se realmente única, isto é, minimamente igualitária e universal. Mas, para isso, além de maiores investimentos nessa área, o Brasil precisa também se tornar muito menos desigual como um todo. Os projetos de um sistema único de saúde e de um país unido andam necessariamente juntos.

&

BRASIL *VERSUS* COSTA RICA



BECO SEM SAÍDA

“Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira.” A frase do escritor russo Leon Tolstói em *Anna Kariênina* aponta para o infortúnio de inúmeras famílias, e, entre as que mais sofrem, estão as que perderam filhos na flor da idade em razão de um tipo de morte precoce e evitável: o suicídio.

texto HERBERT CARVALHO

Segunda maior causa de mortalidade entre jovens de 15 a 19 anos – dados do Ministério da Saúde registraram 722 casos em 2015 e 845 em 2016 no Brasil –, o suicídio ainda é tabu na sociedade, nas famílias e nos meios de comunicação. "O assunto tem aparecido mais nos últimos três anos, mas antes era um silêncio total", explica o psiquiatra Neury José Botega, assessor científico do Centro de Valorização da Vida (CVV), associação civil filantrópica que, desde 1962, presta serviço voluntário e gratuito de prevenção ao suicídio.

"Ele me pediu ajuda e eu não entendi", diz a empresária Ana Paula Narcizo Pagliusi, cujo único filho se enforcou aos 22 anos com fios atados à maçaneta da porta no próprio quarto. Estigma e preconceito tiveram de enfrentar os pais de Bia, morta por envenenamento aos 13 anos: "Culpavam a gente por não ter percebido e culpavam minha filha por não temer a Deus", conta a mãe, a geóloga Maria Lucinaura Diogenes Olímpio. Esses são alguns casos recentes aos quais se somam outros de maior ressonância pública – por envolver alunos de colégios tradicionais em grandes centros urbanos e artistas, como os da banda de rock Charlie Brown Jr.: "O jovem no Brasil nunca é levado a sério. Sempre quis falar, nunca tive chance. Tudo o que eu queria estava fora do meu alcance", diz, sintomaticamente, a letra da canção "Não é sério", do grupo que perdeu o vocalista *Chorão*, por overdose de cocaína, e o guitarrista *Champignon*, que se matou com um tiro na cabeça.

De acordo com os especialistas, os fatores de risco para o suicídio dos jovens são afastamento dos pais biológicos, divórcio dos pais, suicídio de entes queridos e dependência química. No caso das meninas entre 15 e 19 anos, acrescenta-se a gravidez precoce e o aborto.

Para o psiquiatra de adolescentes Guilherme Polanczyk, a maioria dos jovens que comete suicídio tem algum tipo de transtorno mental, e a depressão é o mais frequente. "A partir da puberdade, aumenta muito o número de casos de depressão, principalmente em meninas. Há uma influência de fatores hormonais sobre o cérebro, que tornam as emoções muito mais intensas", destaca. E acrescenta que o bullying tem um papel importante no agravamento da depressão: "O adolescente está muito sensível às influências do grupo e sofre forte impacto em situações de rejeição ou exclusão".

Se a sociedade moderna é um deserto desde os tempos de Jean-Jaques Rousseau, habitado por bestas selvagens, no qual cada indivíduo está isolado dos demais – como definia o filósofo francês do Iluminismo –, imagine o que ele diria do século 21, diante do fenômeno do cyberbullying nas redes sociais.

DOENÇA AUTOIMUNE

A internet potencializa ao máximo o impacto: em poucos minutos, mensagens, fotos ou vídeos "viralizam" e expõem o adolescente fragilizado de forma devastadora. Num mundo caracterizado por relações de hostilidade mútua, de competição impiedosa, coloca-se perante o jovem, com sua personalidade ainda em formação, a terrível escolha entre ser vítima ou carrasco. Nesse momento extremo, explica a psicóloga e pedagoga Lucélia Terezinha Avelino, resta ao indivíduo se matar como um ato só seu, último resquício de sua individualidade e privacidade. "O suicídio é a doença autoimune do organismo chamado 'sujeito'", ela resume.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 40 segundos uma pessoa se mata no mundo. São 1,92 mil mortes por dia, que, somadas ao longo de um ano, superam os óbitos causados por homicídio, acidentes, guerras e conflitos civis. Problema médico-social complexo e uma das principais causas de mortalidade em diversos países, o suicídio preocupa porque vem crescendo de 35% a 40% nos últimos dez anos, especialmente entre adolescentes e jovens.

O Brasil ocupa a nona posição entre os dez países que registram os maiores números absolutos. Dados oficiais indicam que 32 brasileiros se matam por dia, mas Neury Botega considera que as taxas são 20% maiores do que as divulgadas. Além da subnotificação, os suicídios "se escondem" sob outras causas de morte, como acidente automobilístico e afogamento.

Um estudo populacional realizado por pesquisadores da Unicamp sob auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS), citado por Botega, revelou que 17,1% das pessoas tiveram, em algum momento da vida, ideias suicidas, 4,8% chegaram a elaborar um plano para tanto e 2,8% efetivamente tentaram o suicídio. "Dar especial atenção à pessoa que tentou se suicidar é uma das principais estratégias de prevenção do suicídio", comenta.

Signatário do Plano de Ação em Saúde Mental elaborado pela OMS em 2013, que estabeleceu como meta a redução dos suicídios em 10% até 2020, o Brasil atua na prevenção do suicídio por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) em parceria com o CVV, que coloca à disposição em todas as regiões do País, para atendimento telefônico sigiloso, o número 188. A ligação é gratuita, todos os dias da semana. A parceria faz parte da agenda estratégica de prevenção lançada pelo Ministério da Saúde para atingir a meta, que privilegia ainda a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) – nos locais onde existem, o risco de suicídio reduz em até 14%.

Os atendentes são voluntários especialmente treinados para atender pessoas angustiadas e desesperadas, que muitas vezes não têm ninguém com quem partilhar problemas que se configuram como insolúveis em mentes tomadas pela ambivalência, impulsividade e rigidez, características mais comuns dos suicidas em potencial.

FALSO MITO SOCIAL

Detectar precocemente que uma pessoa esteja em risco de suicídio – quando tem ideias de se matar, mas ainda não um plano para isso – é um dos desafios. O site do Ministério da Saúde traz informações sobre como atuar para prevenir o ato. "Achar que a pessoa com intenção de tirar a própria vida não avisa nem fala sobre isso não passa de um falso mito social", diz uma das dicas.

Alguns sinais dos pensamentos suicidas são: falta de esperança e de perspectiva futura; sentimentos de vergonha, humilhação e culpa; e sofrimento intenso por algum fato marcante da vida, recentemente acontecido, como perda do emprego ou rompimento amoroso, considerados fatores precipitantes.

"Gostaria de dormir e não acordar mais"; "A vida não vale a pena"; "Sou um peso inútil"; "Quero me livrar desse sofrimento"; quando verbalizados, principalmente por jovens, esses comentários são preocupantes. As pessoas ao redor também devem estar atentas a sinais como mudanças no ritmo de sono e alteração do apetite; redução do contato com familiares e busca de isolamento; uso intempestivo de aparelhos eletrônicos; substituição de amigos e colegas "reais" por outros "virtuais"; e problemas no desempenho escolar.

NUM MUNDO CARACTERIZADO POR RELAÇÕES DE HOSTILIDADE MÚTUA, DE COMPETIÇÃO IMPIEDOSA, COLOCA-SE PERANTE O JOVEM, COM SUA PERSONALIDADE AINDA EM FORMAÇÃO, A TERRÍVEL ESCOLHA ENTRE SER VÍTIMA OU CARRASCO

OS FATORES DE RISCO SÃO AFASTAMENTO DOS PAIS BIOLÓGICOS, DIVÓRCIO DOS PAIS, SUICÍDIO DE ENTES QUERIDOS, DEPENDÊNCIA QUÍMICA E GRAVIDEZ PRECOCE E ABORTO (NO CASO DE MENINAS)

Lucélia Avelino, que integra o corpo gestor da Escola Estadual "Professor Archimedes Bava", em Bertioga (SP), diz que a equipe de educadores deve dar muita atenção aos casos em que um aluno ou aluna retoma as atividades escolares após ter sofrido alguma situação complexa de foro íntimo, como a morte de ente querido ou doença na família e mudança de residência ou de escola, além de fatores de risco já apontados, como separação de pais, aborto e gravidez precoce. "A escola deve ser um canal de diálogo e compreensão, um porto seguro nessa fase da vida cheia de possibilidades, mas também de muita vulnerabilidade", ela acrescenta.

EFEITO WERTHER

Além dos educadores, também os comunicadores têm uma responsabilidade direta na prevenção do suicídio. O Ministério da Saúde elaborou uma cartilha, disponível no site, sobre como noticiar o assunto de modo a evitar o efeito contagioso. Isso porque, muitas vezes, a mídia aborda o tema com certo glamour, que pode despertar admiração pelo suicida.

Esse processo, também chamado de "efeito Werther", faz referência ao protagonista do romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, do poeta e escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe. No livro, o personagem tem uma paixão por uma mulher casada e se mata com um tiro na cabeça. A cena, descrita em tom realístico e perturbador, causou comoção e provocou uma onda de suicídios entre jovens por toda a Europa no século 19, o que levou a Igreja a repudiar a obra como maldita.

Suicídio e suicidas acompanham a humanidade desde tempos imemoriais. "Julgar se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma questão fundamental de filosofia", garantia o escritor existencialista francês Albert Camus.

Na Antiguidade, a morte estava relacionada a duas circunstâncias: velhice e luta nas batalhas. Quem não podia mais contribuir em sua plenitude para o grupo tinha quase o dever de encerrar a própria vida de modo a não se tornar um fardo. Para os povos primitivos, o pós-morte seria um estado de abundância, sem dor ou sofrimento, em especial para os mortos na guerra, o que representava uma forma de indução comunitária ao suicídio.

Entre os gregos, o ato era visto com tolerância, e beber cicuta, o método adequado para uma morte assistida, desde que previamente autorizada pelo Senado. O filósofo grego Platão afirmava que "se o homem não encontra na vida a moderação, o suicídio passa a ser uma opção, um ato racional e justificável".

Na Roma antiga, o suicídio estava avalizado pelo Código Justiniano. Qualquer cidadão podia se matar sem punição a seu cadáver ou a seus familiares, desde que se justificasse por um motivo como dor ou doença, fastio da vida, loucura ou desonra. Não se aceitava, porém, que o indivíduo se matasse irracionalmente, sem deixar explícita a causa.

Na Idade Moderna, o termo "suicídio" apareceu pela primeira vez, em 1651, no *Oxford English Dictionary* para definir a morte voluntária. A partir daí, teria lugar garantido na literatura. Em *Lições de ética*, o filósofo alemão Immanuel Kant discute os deveres dos seres humanos em relação ao próprio corpo, entre os quais o de não se suicidar. Seu argumento é de caráter religioso. "Deus é nosso proprietário", ele resume, para afirmar que o ser humano não tem a liberdade de se autodestruir.

A Escola Romântica, porém, rebelou-se contra isso. A partir daí, a ideia de que para vivenciar intensa e verdadeiramente os sentimentos não se deve sobreviver à meia-idade se torna um dogma romântico, sintetizado pelo escritor francês Honoré de Balzac: "Matar as emoções e viver até a velhice ou aceitar o martírio de nossas paixões e morrer jovem, essa é a nossa sina".

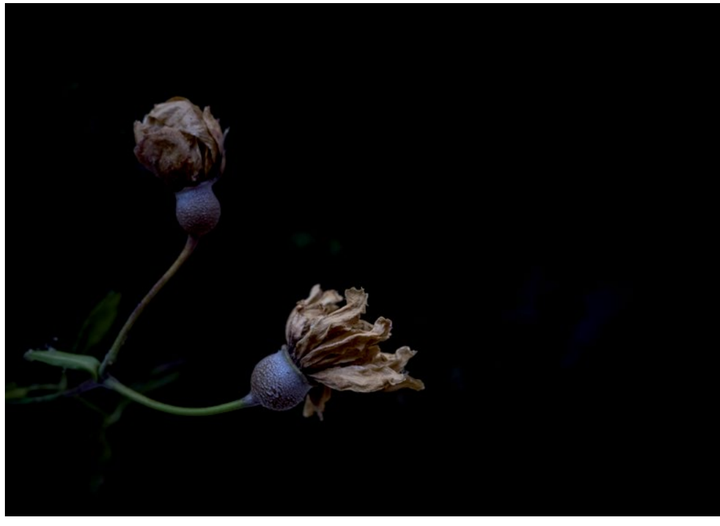
SETEMBRO AMARELO

Para o também francês Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia e autor de uma obra seminal sobre o tema, as causas do ato de acabar com a própria vida são sempre sociais. No livro *O suicídio*, de 1897, ele argumenta que o controle social mais forte entre os católicos resulta em taxas de suicídio mais baixas do que entre protestantes.

Durkheim identifica, ainda, três tipos de suicídio: (i) o "anômico", verificado quando a normalidade social é alterada, como nas crises econômicas – quando, em 2014, foi fechada uma fábrica da Goodyear na França e dispensados mais de mil trabalhadores, 15 deles se suicidaram; (ii) o suicídio "altruísta", que tem como exemplo os pilotos camicases e os homens e mulheres-bomba; (iii) e o "egoísta", o mais comum, no qual o ego individual se sobrepõe ao social.

Dessa forma, a morte prematura, causada também por um estilo de vida autodestrutivo, volta a ocorrer entre os jovens na segunda metade do século 20. Os artistas pop Jimi Hendrix e Janis Joplin encabeçam uma extensa lista de ídolos precocemente desaparecidos, o que levou pesquisadores a detectar que a morte de famosos exercia impacto sobre os índices de suicídio, conforme constatado pelo sociólogo estadunidense Steven Stack, em estudo realizado no ano 2000. Esse processo de contágio batizado de "copycat" ("imitação"), pode se aplicar também a locais escolhidos para o suicídio, como a Golden Gate Bridge, em São Francisco (EUA). Em 1977, 40 pessoas saltaram da ponte, recorde que estava para ser batido em 2013, quando a imprensa decidiu parar de divulgar as estatísticas.

Com o advento da internet, comunidades pró-suicídio surgiram nas redes sociais, mas também correntes que atuam na prevenção. A Netflix, serviços de assinatura de conteúdo, lançou a polêmica série *13 Reasons Why*, na qual a personagem Hannah Baker, uma estudante que se mata após enfrentar situações de bullying, deixa uma caixa de fitas cassete gravadas em que relata 13 motivos por ter tirado a própria vida.



A estreia colocou entidades em alerta, como a Associação Internacional para Prevenção ao Suicídio, ligada à OMS. Estudo publicado na revista da American Medical Association dá conta de que as buscas sobre suicídio na internet cresceram 19% nos dias seguintes ao lançamento nos Estados Unidos. No início da série ficcional, os atores advertem que, se um jovem espectador estiver passando pelas situações nela retratadas, talvez seja melhor não vê-la, ou assisti-la na companhia de um adulto confiável. Recomendam que se procure falar de eventuais angústias com os pais, amigos ou conselheiro escolar. Oferecem ainda um link para o serviço de ajuda local, que, no caso do Brasil, direciona para o site do CVV.

O nosso país também teve sua epidemia de jovens vidas célebres truncadas. Duas delas são recordadas em filmes recém-lançados. *Torquato Neto – todas as horas do fim* é um documentário sobre o poeta, companheiro de Caetano Veloso e Gilberto Gil no movimento Tropicalista, que se matou em 1972, um dia depois de seu 28º aniversário. Dez anos depois, em 1982, foi a vez de Elis Regina, considerada a maior cantora brasileira de todos os tempos, morrer, aos 36 anos, por ingestão de altas doses de cocaína e bebidas alcoólicas. Sua vida turbulenta está retratada na cinebiografia *Elis*, interpretada pela atriz Andreia Horta.

Assim como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, dedicados à prevenção, respectivamente, dos cânceres de mama e de próstata, o CVV realiza, desde 2015, o Setembro Amarelo, com ações para prevenir o suicídio. No dia 10 de setembro, celebra-se o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, que tem como lema "Conectar, comunicar, cuidar".

&

O GOVERNO E O CONGRESSO

O recado foi dado no ato inicial da transição: tentando se isolar ao máximo dos partidos na formação de seu governo, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, montou a equipe de transição com PRTB – que não elegeu nenhum deputado ou senador, mas emplacou o vice-presidente da República –, DEM e PRP, partidos que, juntos, elegeram 33 deputados federais e "fizeram" os ministros da Defesa e da Casa Civil. A engenharia para conseguir o apoio para governar entre os 30 partidos que irão compor a Câmara e os 25 do Senado, maior miscelânea partidária da história brasileira, é o mistério e o desafio do novo presidente.

Funciona no Brasil, há algum tempo, o presidencialismo multipartidário, mas a eleição de 2018 alterou os protagonistas do sistema de poder. Derrotou o PT, diminuiu a força do PSDB e fez o MDB ter o pior desempenho de sua história. Surgiu o PSL, que elegeu os principais campeões de voto da eleição. O governo começou com perto de 140 deputados de partidos que apoiaram Bolsonaro desde o primeiro turno ou que aderiram no segundo – PSL, PRB, DEM, PSC, PTB, PRP. Todas as alianças tradicionais se desfizeram, mas, passada a eleição, a regra de ouro é oferecer ao presidente uma paz de seis meses. À desconstrução causada pelas urnas, deve se seguir a reconstrução exigida pela governabilidade.

É aí que começam as dúvidas. Um Congresso mais amador, surgido das urnas que derrotaram tradicionais raposas políticas, pode ser uma esperança de renovação de métodos e hábitos, mas pode também ser uma grande dor de cabeça para o executivo. Algumas interrogações se impõem: como falar com um deputado e esquecer o cacique de seu partido? Como preencher, deixar vazios ou extinguir os 24,9 mil cargos de livre nomeação à disposição do governo? Como convidar alguém fazendo prevalecer os critérios técnico e profissional sem lembrar dos partidos aliados? O que fazer para atingir o quórum qualificado de 308 votos que permite propor emendas constitucionais? E, do outro lado da Esplanada, espreita o velho burocrata seduzido pelo período populista e desconfiado que a fusão de Ministérios pode lhe roubar poder e influência. Assim, vale outra dúvida: como combinar o jogo todo com as burocracias de servidores graduados e estáveis e suas engrenagens sindicais arraigadas às velhas práticas da capital?

A sucessão da Câmara e do Senado é o primeiro teste para valer do novo governo e começou antes mesmo da posse presidencial, concorrendo com a formação do Ministério, que teve sua primeira grande notícia: o convite ao juiz Sérgio Moro. Só é contra quem é réu ou amigo de gente enrolada. Embora a posse dos novos parlamentares só ocorra em fevereiro, o presidente Bolsonaro vai precisar de muita habilidade para interferir, sem interferir, no tabuleiro de xadrez, a fim de compor as mesas e lideranças do Congresso. Para um presidente que pretende alterar o foco e a ênfase da atuação do Estado, nas políticas tanto interna quanto externa, contar com a lealdade das instituições do Estado, sólidas, informadas e capazes, exige um zelo todo especial no trato com o Parlamento, a principal instituição do Poder Legislativo. Toda a legitimidade que tem um presidente eleito o auxilia na montagem da maioria parlamentar de que necessita. Mas não pode descuidar nunca da elevada interlocução e autonomia entre os Poderes. Pois, quando se sente secundário, o Congresso fica barulhento e até parece à deriva, mas logo se recompõe internamente, forma maioria e pode atrapalhar bem a vida do Executivo.

O veterano deputado Bolsonaro deve ser conselheiro permanente do novato presidente Bolsonaro.

&

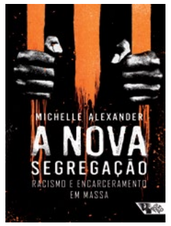
PAULO DELGADO
é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

B

texto FILIPE LOPES

Racismo contemporâneo

Divulgação



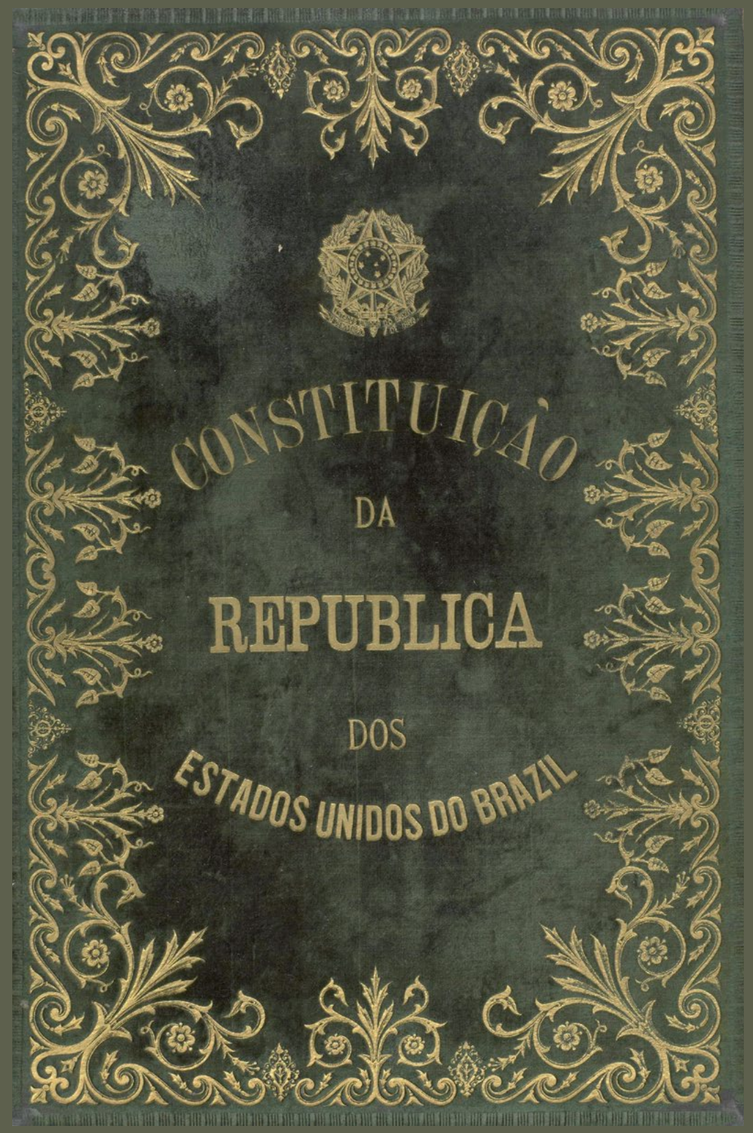
Ainda existem ambientes aos quais os negros têm menos acesso, como as universidades. Ao levar em conta a população afrodescendente no País, apenas 34% cursam o ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E há espaços nos quais são a esmagadora maioria, como as prisões. No Brasil, 726 mil pessoas formam a terceira população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. Nesses locais, 64% dos presos são negros, de acordo com o Ministério da Justiça.

A advogada, defensora dos direitos civis, pesquisadora e especialista jurídica Michelle Alexander apontou, em pleno governo de Barack Obama, para essa mesma maioria negra nas penitenciárias americanas no livro *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. A publicação, de 2010, traz dados numéricos e entrevistas com especialistas e esteve no ranking dos mais vendidos do jornal *The New York Times* por mais de 150 semanas.

Na obra, a autora afirma que o sistema de castas raciais não acabou , além de apontar que a lógica da Jim Crow (legislação de segregação racial que vigorou nos Estados sulistas norte-americanos a partir de 1876 e foi abolida em 1965, dentro da luta em prol dos direitos civis) ganhou nova roupagem e continua sendo seguida. O levantamento de Michelle desencadeou debate nacional nos Estados Unidos sobre a prisão em massa dos negros no país.

Publicado, neste ano, no Brasil pela Boitempo, tem tradução de Pedro Davoglio.

&



Fonte: *Arquivo Nacional*

APÓS 130 ANOS, O BRASIL É MESMO UMA REPÚBLICA?

No dia 15 de novembro de 1889, desaparecia, na antiga colônia portuguesa, a única monarquia das Américas para dar lugar a uma forma de Estado e de governo que fizera sua estreia no século anterior por meio de lutas armadas. Os "Estados Unidos do Brasil", designação inicial de nossa República, não nasceram, porém, de uma insurreição contra a metrópole, como os Estados Unidos da América, de quem copiamos, além do nome, o federalismo e o presidencialismo.

texto HERBERT CARVALHO

Tampouco houve aqui um banho de sangue, como na Revolução Francesa de 1789. Embora entre os nossos republicanos houvesse jacobinos exaltados a defender que os membros da família real brasileira fossem executados, não foi preciso chegar a tanto. Nosso Império, sustentado pelo braço cativo desde a Independência, tornou-se anacrônico ao ser abandonado pelos senhores de escravos, que se sentiram lesados pela abolição da escravidão sem indenização pela propriedade perdida.

"O povo assistiu àquilo bestializado", resumiu em frase célebre o jornalista Aristides Lobo, testemunha ocular do desfile de tropas que o Marechal Deodoro da Fonseca liderou pelas ruas do centro do Rio de Janeiro após depor o último gabinete ministerial do Império. A República se instalava pela força das armas, e não dos ideais, solenemente ignorados pela maioria da população que, dois meses antes, elegera apenas dois deputados do Partido Republicano (fundado em 1870), um a menos do que os três eleitos no pleito anterior, de 1885.

O próprio proclamador, um herói da Guerra do Paraguai que considerava o exército vítima de continuadas injustiças, encaminhou a família imperial para o exílio mais por ressentimento pessoal e pela pressão da maioria da oficialidade do que por convicção republicana. Em carta de 1888 a um sobrinho, Deodoro afirmou, premonitoriamente: "República no Brasil é coisa impensável. Será uma verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para republicanos. Para isso sempre lhes faltarão educação e respeito".

Outro personagem decisivo do golpe de Estado tramado por civis – como Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e Campos Sales, todos integrantes do governo provisório liderado por Deodoro – e executado pelos militares, foi o tenente-coronel Benjamin Constant. Entusiasta das ideias positivistas do francês Augusto Comte e defensor de uma rápida volta aos quartéis com a entrega do poder aos civis – mesma promessa feita e não cumprida pelos protagonistas do golpe de 1964 –, o professor catedrático da Escola Superior de Guerra chegou a garantir que a Nação seria consultada sobre a troca de regime "em momento oportuno".

Isso ocorreu, como se sabe, apenas 103 anos depois com o plebiscito realizado em 1993 para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. Em votação com abstenção e votos nulos somados da ordem de 30%, a república venceu a monarquia por 66% contra 10%, enquanto o presidencialismo bateu o parlamentarismo por 55% a 25%.

SOBERANIA POPULAR

Decorridas 13 décadas da queda do Império, contudo, o Brasil tem uma República "mal-amada", como define o escritor e jornalista Laurentino Gomes, autor da trilogia que começa com *1808* (fuga de D. João VI para o Brasil), passa pela separação de Portugal em 1822, e conclui com *1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República no Brasil*.

Nessa última obra, o autor argumenta com a memória cívica nacional em defesa de sua tese. "Personagens republicanos como Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto são nomes onipresentes em praças e ruas das cidades brasileiras, mas pergunte a qualquer estudante do ensino médio quem foram esses homens e a resposta certamente demorará a vir."

Os próceres do Império, ao contrário, são cantados em prosa e verso. D. Pedro I, D. Pedro II e a Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, são tão presentes em livros, filmes e no imaginário popular quanto Pedro Álvares Cabral e Tiradentes. A sensação de que o Brasil, até hoje, não se adaptou à República começa pelos símbolos – o Hino Nacional continuou o mesmo composto em 1831 por Francisco Manuel da Silva, acrescentada apenas nova letra de Joaquim Osório Duque-Estrada, e a bandeira manteve o retângulo verde (cor da Casa de Bragança) e o losango amarelo (cor da Casa Austríaca de Habsburgo), idealizados pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret. A única diferença para o estandarte do Império é a esfera azul com o dístico "Ordem e Progresso". O caos na segurança pública do Rio de Janeiro e nos presídios de todo o País e a estagnação econômica dos últimos anos mostram que a divisa positivista permanece mais na promessa do que na efetiva realização.

Fonte: *Galeria de Presidentes – Governo do Brasil*

Herói da Guerra do Paraguai, Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente do Brasil

A REPÚBLICA RECEBEU DO IMPÉRIO UM ESTADO COM 5,4 MIL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PARA CADA MIL HABITANTES, MAIS DO QUE O DOBRO DOS ESTADOS UNIDOS NA MESMA ÉPOCA

Em 130 anos de República, tivemos seis Constituições, mas pouca soberania popular, embora todas elas afirmassem que o poder emana do povo e em seu nome é exercido. Entre 1889 e 1894, vigorou a "República da Espada", com as ditaduras dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, substituída em 1930 pela "República Oligárquica". Nessa primeira fase, excluídas as mulheres e os analfabetos, menos de 5% da população participavam das eleições e o voto era aberto, conduzido nos grotões do País rural pelo cabresto dos coronéis. "A República não serviu para nada. Aqui, agora, como antes, continuam mandando os Caiado", protestava em Goiás o capitão Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, bisavô do presidente Fernando Henrique Cardoso, denunciando as famílias que, ainda hoje, perpetuam-se no poder em vários Estados, como no tempo das capitanias hereditárias.

Getúlio Vargas chegou à chefia do Estado pelas armas, mas logo foi contestado por elas nos episódios conhecidos como Revoluções de 1930 e 1932, esta promovida pela oligarquia paulista sob o pretexto de exigir uma Constituição para o País. Outra Carta foi aprovada em 1934, já com o voto feminino, mas durou pouco: de 1937 a 1945, o Brasil mergulhou na ditadura do Estado Novo. A partir de 1946, ocorreu um período desenvolvimentista – que acompanhou a Era de Ouro do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial – com presidentes eleitos democraticamente, embora ainda fosse vedado o voto do analfabeto, restrição eliminada apenas pela Constituição de 1988.

GOVERNO DAS LEIS

O golpe militar de 1964 impôs nova ditadura, de 21 anos, até a devolução do poder aos civis, em 1985. De lá para cá, dois presidentes sofreram impeachment e, desde os protestos que levaram multidões às ruas em 2013, o Brasil padece de uma fratura entre a sociedade e a sua representação política, agravada por uma crise institucional: a dos Três Poderes previstos por Montesquieu, que, na teoria, deveriam cada um impor limites aos demais por meio de pesos e contrapesos, acabamos com o Legislativo e o Executivo corroídos por corrupção endêmica, tutelados pelo Judiciário.

Este último, supostamente um Poder técnico, já que é o único não eleito, tornou-se um invasor de funções dos outros dois Poderes e passou a interferir diretamente na política, como se infere deste desabafo do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF): "No STF, você tem gabinete distribuindo senha para soltar corrupto. Sem qualquer forma de direito e numa espécie de ação entre amigos". Tornou-se corriqueiro entre magistrados de instâncias superiores um anular a decisão do outro, em duelos que generalizam na sociedade a sensação de insegurança jurídica. Barroso é coordenador de um livro recém-lançado, que tem um título sugestivo para os tempos atuais: *A República que ainda não foi*.

Ainda não foi porque deveria ser, segundo a definição dos manuais, o governo das leis, e não dos homens. No tempo do império, "república" era (como ainda hoje) o nome das moradias dos estudantes. Um deles, em carta da década de 1880, procurava tranquilizar a mãe sobre o termo herdado dos antigos gregos para designar a coletividade e o bem comum: "Não deves sentir

calafrios. República simboliza a forma de governo em que os direitos do cidadão são mais bem definidos. Não admite privilégios de família ou classe. As leis igualam a todos. A única distinção é oriunda do mérito e das virtudes individuais".

Bom seria se assim fosse, mas, para o historiador José Murilo de Carvalho, isso jamais ocorreu entre nós. Em artigo publicado em 2009, ele menciona os seguintes atributos do que significa "ser republicano": "Crer na lei como garantia da liberdade. Saber que o Estado não é uma extensão da família, um clube de amigos, um grupo de companheiros. Repudiar práticas patrimonialistas, clientelistas, familistas, paternalistas, nepotistas e corporativistas. Acreditar que o Estado não tem dinheiro, apenas administra o dinheiro pago pelo contribuinte. Não praticar nem solicitar jeitinhos, empenhos, pistolões, favores, proteções".

Ao fim, ele cita uma frase de 1663 do padre jesuíta Simões de Vasconcelos: "Nenhum homem nesta terra é republico". E conclui: "Ser republicano é não ser brasileiro". Quem assistiu ao vídeo de uma desembargadora invadindo um presídio para libertar o filho, flagrado com uma considerável quantidade de drogas, não pode deixar de concordar que carteiradas integram o cotidiano da terra que celebrizou o bordão: "Você sabe com quem está falando?".

No que diz respeito ao empreguismo, a República recebeu do Império um Estado com 5,4 mil funcionários públicos para cada mil habitantes, mais do que o dobro dos Estados Unidos na mesma época. Essa extensa rede de clientelismo, embora atenuada pela introdução dos concursos na década de 1930, manteve-se intocada ao ponto de que o presidente da República tem ao seu dispor mais de 20 mil cargos de livre provimento, situação que se repete, nas devidas proporções, em relação aos governadores e prefeitos nos Estados e municípios.

Se, por um lado, a República transformou o País exclusivamente agrário-exportador numa das dez maiores economias do planeta, na vertente social, fracassou rotundamente em reduzir a desigualdade e a exclusão, um de seus propósitos desde que Maximilien de Robespierre afirmou, em 1792: "Nenhum homem tem o direito de açambarcar as porções de trigo, dando as costas a seu semelhante que morre de fome. O primeiro dos direitos é o de existir".

SE, POR UM LADO, TRANSFORMOU O PAÍS AGRÁRIO-EXPORTADOR NUMA DAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO PLANETA, NA VERTENTE SOCIAL, A REPÚBLICA FRACASSOU EM REDUZIR A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

Dar as costas aos recém-libertos foi exatamente o que fez a elite cafeeira que comandou os destinos da Primeira República. Sem acesso à terra ou à instrução que lhes permitissem obter empregos qualificados, os antigos escravos ainda foram substituídos, tanto no campo como na cidade, pela imigração estrangeira massiva empreendida a partir do fim do século 19.

Aqui não houve nada como o Freedmen's Bureau, instituição criada nos Estados Unidos para dar assistência aos escravos libertos após a Guerra Civil, tampouco uma lei como o Homestead Act, de 1862, que autorizou a doação de terra a todos os que nela desejassem se instalar. Foram em vão os esforços de abolicionistas, como Joaquim Nabuco e André Rebouças, para a criação de um imposto territorial como forma de acabar com o latifúndio improdutivo e democratizar a propriedade da terra.

Fonte: *Pinacoteca do Estado de São Paulo*

Quadro Proclamação da República por Benedito Calixto

A injustiça tributária, oriunda do Império, atravessou todo o século passado e chegou intacta ao século 21. As palavras usadas por Nabuco para descrevê-la são assombrosamente atuais: "Ninguém neste País contribui para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. O pobre carregado de filhos é quem paga mais impostos. Acabar com a escravidão não basta. É preciso destruir a obra da escravidão".

Em vez disso, ocorreu a substituição da *Casa-grande & senzala* por *Sobrados e mucambos*, para exemplificar com dois títulos da obra do sociólogo Gilberto Freyre. Enquanto a inexistência de direitos trabalhistas ou sociais provocava greves gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século 20, a modernização promovida pelos republicanos se restringiu às transformações urbanas que expulsaram os mais pobres das melhores áreas, dando origem às favelas e às periferias conflagradas que hoje temos.

Na área educacional, em 1930, os analfabetos representavam 75% da população, e o crescimento da rede pública de ensino foi inexpressivo em comparação com as estatísticas referentes ao Império. Apenas na Constituição de 1946 apareceu a menção da obrigatoriedade da educação primária, mas, no fim da década de 1970, a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos era de apenas 67,4%, ou seja, mais de 7 milhões de crianças em idade escolar permaneciam fora da escola.

Somente em 1989 se configurou a universalização do ensino fundamental, com enorme atraso em relação à maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. A qualidade oferecida nas escolas, entretanto, deixou muito a desejar. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, o nível educacional dos jovens brasileiros de 15 anos é calamitoso.

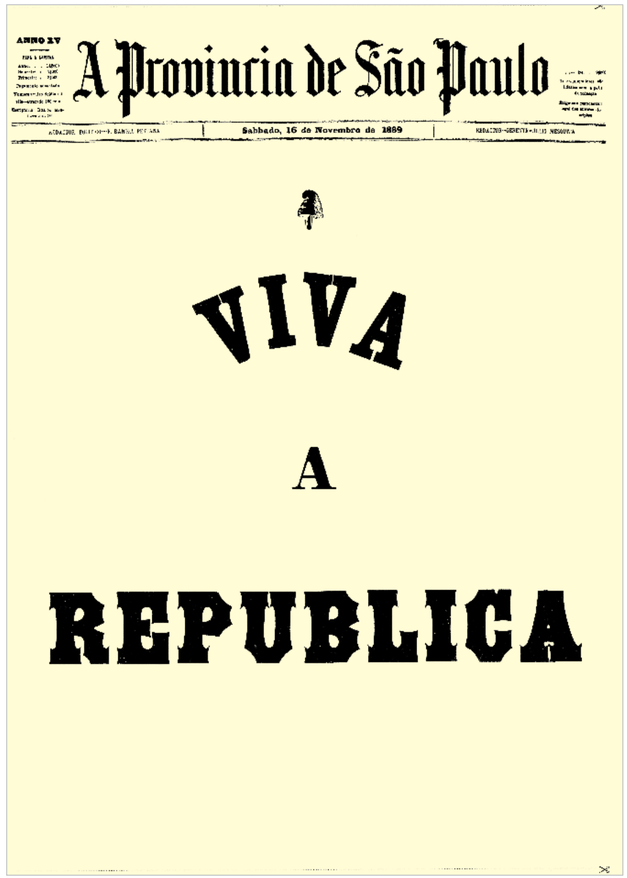
Num total de 70 países, o Brasil ocupa o 69º lugar no desempenho dos alunos em Matemática e o 67º em Ciências. Em Leitura, não passamos do 59º lugar, o que explica os quase 30% de analfabetos funcionais que temos, além dos 8% que não sabem mesmo ler ou escrever o próprio nome. Em pleno século 21, a metade dos brasileiros com mais de 25 anos não chega a completar o ciclo de nove anos de estudo do ensino fundamental.

Talvez a única conquista civilizacional importante da República, que se mantém incólume, tenha sido a separação entre a Igreja e o Estado, pois desde os tempos da colônia o catolicismo era a religião oficial do Brasil. A Constituição de 1891, única de nossas Constituições a não mencionar Deus em seu preâmbulo, introduziu o registro civil e garantiu a liberdade religiosa. Até mesmo o Estado laico, porém, pode não resistir ao avanço da presença evangélica nos Parlamentos, em cargos do Poder Executivo e na agenda política do País.

&

O FIM DO IMPÉRIO

texto FILIPE LOPES


ANNO XV

A Provincia de São Paulo

Sabbado, 16 de Novembro de 1889

VIVA

A

REPUBLICA

Estadão imagens

Capa do jornal A Província de S. Paulo de 16.11.1889

Há 130 anos, o Brasil encerrava o período monárquico para iniciar a era republicana. Sob inspiração norte-americana, o País foi rebatizado de "República dos Estados Unidos do Brazil". O conceito sinalizava que, a partir daquele momento, não existiria mais o Estado unitário – característica do Império. Assim, as antigas províncias se tornaram Estados federativos e conquistaram mais autonomia.

Desgastado diante das forças políticas da época, Dom Pedro II foi deposto sem que houvesse uma batalha. Insatisfeitos, a Igreja, os fazendeiros e, sobretudo, os militares desejavam ter voz ativa nas decisões políticas. O levante se agravou com a crise econômica motivada pelos gastos da Guerra do Paraguai, pelas altas taxas de analfabetismo e pelo crescimento da classe média. Apático, o então imperador não ofereceu resistência à tomada do poder.

Em 15 de novembro de 1889, a República foi proclamada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tendo o Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do governo provisório. Os jornais da época noticiaram com entusiasmo a conquista, estampando em suas capas mensagens de esperança em um futuro de paz.

Em fevereiro de 1891, Deodoro se tornou, de fato, presidente da República numa eleição indireta, vencendo Prudente de Moraes por 129 a 97. No mesmo ano, o marechal dissolveria o Congresso Nacional, mas perderia sua já questionável força política e renunciaria à presidência.

JÁ IMAGINOU SABER COMO SERÃO SUAS VENDAS NOS PRÓXIMOS TRÊS MESES?

Isso mesmo. Pense nas possibilidades que uma previsão de resultados como esta representa para os seus negócios.

É mais controle dos estoques, uma visão melhor do mercado, compras adequadas às demandas, administração das transações, estratégias comerciais eficazes e muitas possibilidades para explorar.

O Projeta é assim, não tem mágica, é a mais pura inteligência de informação. O cruzamento de uma pesquisa que é referência econômica com o desempenho histórico da sua empresa.

Basta estar no Estado de São Paulo, atuar no varejo e ter pelo menos cinco anos de faturamento ininterrupto.

E o melhor de tudo isso: o Projeta é totalmente gratuito.
Para saber mais e utilizar tudo o que ele oferece, fale com o seu contador.

ACESSE
PROGRAMARELACIONA.COM.BR/PROJETA
E CONHEÇA TUDO O QUE O PROJETA OFERECE PARA VOCÊ.

PROJETA

FECOMERCIOSP